

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Marília Sossoloti Moreira da Silva

**Mulheres migrantes na periferia de São Paulo:
o trabalho feminino na (re)produção da vida e na conquista da casa própria**

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Mulheres migrantes na periferia de São Paulo:
o trabalho feminino na (re)produção da vida e na conquista da casa própria**

Marília Sossoloti Moreira da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia Humana).

Orientação: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

versão corrigida

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Silva, Marília Sossoloti Moreira

Mulheres migrantes na periferia de São Paulo: trabalho feminino na (re) produção da vida e na conquista da casa própria / Marília Sossoloti Moreira Silva; orientador Carlos de Almeida Toledo. -- São Paulo, 2023.

82 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2023.

1. migração. 2. mulheres. 3. periferia. I. de Almeida Toledo, Carlos , orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Marília Sossoloti Moreira da Silva

Data da defesa: 18/10/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos de Almeida Toledo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02/04/2024

(Assinatura do (a) orientador (a))

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Marília Sossoloti Moreira da Silva

Título: Mulheres migrantes na periferia de São Paulo: o trabalho feminino na produção e reprodução da vida e na conquista da casa própria

Orientador: Carlos de Almeida Toledo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia Humana).

Banca Examinadora

Prof. Dr (a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr (a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr (a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em:

AGRADECIMENTOS

O processo da escrita não fácil, claro que ele é o produto de um longo período de leituras, trabalhos de campo, esboços e mais esboços e não é possível fazê-lo sozinho. A pesquisa acadêmica precisa de muitas pessoas, não apenas os companheiros de discussão e parceiros da universidade, mas a ajuda inestimável daqueles que estão conosco nos momentos mais difíceis da pesquisa, estão sobretudo, em nosso cotidiano, nos momentos em que precisamos de força, nos momentos em que viver a lógica de exploração do trabalho e tentar seguir a carreira acadêmica se torna quase impossível e a vontade de desistir bate a porta, são essas pessoas que nos ajudam e eu não poderia deixar agradecê-los.

Ao Carlão, meu orientador, que sempre foi muito gentil, atencioso, me acalmou em momentos difíceis sempre me ajudou e sem dúvida nenhuma, esse trabalho não seria possível sem ele, que me acompanha desde o TGI.

Aos meus pais que me ajudaram durante a vida, não chegaria aqui sem eles.

Ao meu irmão, Henrique, por todo o cuidado que sempre teve comigo.

A minha querida amiga Laís, parceira que a geografia me deu, que sempre me apoiou e me incentivou.

A minha amiga Deise, que mesmo de longe, me apoiou.

Ao meu amigo Bruno, que me ajudou antes de entrar no mestrado com texto e conversas.

Aos meus amigos geógrafos e professores, que conhecem as dores e delícias da sala de aula: Adilson, Maria Cristina, Rafael, Ricardo, Renato e tantos outros.

A Dona Nelzi, Dona Didi e Dona Gerusa, pelas longas conversas incríveis, por toda a disponibilidade de tempo, pelas trocas e pela possibilidade de poder conhecer suas histórias.

A gestão da EMEF City Jaraguá IV, que sempre me incentivou e me ajudaram de todo mundo possível

Ao meu Bábáláwo Luciano, quem sempre me apoiou e me acolheu.

Ao meu parceiro, Fyllype, por todo o cotidiano compartilhado, apoio, revisões e conversas intermináveis.

Agradeço a todos que estiveram de alguma forma junto comigo, tornando o dia a dia mais fácil.

Essa pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Resumo:

Este estudo aborda o processo migratório de mulheres, vindas de diferentes regiões do Brasil, para a periferia da cidade de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960, em busca de melhores condições de vida. Procuramos analisar esse processo a partir da mobilidade do trabalho, compreendendo a movimentação no território nacional como forma de venda da força de trabalho. A função da mulher periférica, dentro donexo familiar, nas sociedades capitalistas, está pautada no cuidado da família como forma de produção e reprodução da vida. Buscamos compreender o cotidiano, a partir do vivido, relacionando-o ao processo de compra da casa própria, financiado pelos empreendimentos do Banco Nacional de Habitação, criado na década de 1970, durante a ditadura militar.

Palavras chaves: Migração, Trabalho Feminino, Habitação Social, Banco Nacional de Habitação.

Abstract

This work approaches the women migration process from different Brazilian regions to the periphery of São Paulo, between the decades of 1950 and 1960, seeking for better life conditions. This process was analyzed from the perspective of work mobility, comprehending the movement within the national territory as a way of selling the workforce and understanding the role of the peripheric women in the capitalist society as oriented towards the family care as a manner of production and reproduction of life. Taking as a start point their life experience, we seek to understand the everyday life connecting it to the process of purchasing their own house, financed by the National Housing Bank (BNH), created in the 1970s, during the Brazilian Military Dictatorship.

Keywords: Migration, female labor, social housing, National Housing Bank

MAPA

Mapa1 – São Domingos	08
----------------------------	----

TABELAS

Tabela 1 - Rendimento médio mensal, por sexo e atividade, em 1960 – Brasil	49
--	----

SIGLAS

PNH – Programa Nacional de Habitação

BNH – Banco Nacional de Desenvolvimento

FCP – Fundação da Casa Popular

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IPASE - Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado)

COHAB - Cooperativas Habitacionais e as Companhias de Habitação Popular

Sumário

<i>Introdução</i>	1
<i>1. Mulheres migrantes em busca da casa própria</i>	9
1.1 Dona Nelzi: do Paraná a São Paulo	13
1.2 Dona Didi: do interior de São Paulo para a capital.....	19
1.3 Dona Gerusa: do Nordeste a São Paulo	25
1.4 Considerações	31
<i>2. A compra e permanência na casa própria</i>	34
2.1 Casa própria e vida de bairro	36
2.2 Trabalho doméstico.....	43
2.3 Sobreviver as modificações do bairro.....	51
2.4 Considerações	54
<i>3. Habitação popular e a política estatal</i>	55
3.1 Primeira República: a incipiente política habitacional	56
3.2 Era Vargas: a construção do sonho da casa própria.....	58
3.3 O Golpe de Estado de 1964: o setor privado na política pública.....	61
3.3.1 Consolidação e transformação do BNH.....	64
<i>4. Considerações Finais</i>	68
<i>5. Referências Bibliográficas</i>	71

Introdução

A cidade de São Paulo é formada por migrantes de todas as regiões brasileiras, muitos chegam à cidade buscando vender sua força de trabalho¹ quando as condições socioeconômicas em sua terra natal não são mais viáveis para a reprodução da vida. Entre os diversos desafios impostos aos migrantes estão: encontrar um trabalho, assegurar moradia, alimentação e transporte. E quando esses migrantes são mulheres, quais são os outros desafios que estão impostos? Cuidar dos filhos, da família, da casa?

A mobilização do trabalho cria um fluxo de trabalhadores no território nacional que se descolam espacialmente na tentativa de sobreviver e prover, a si e a sua família, melhores condições de vida.

O tema migrações e a questão feminina sempre foi de meu interesse, assim como estudar as formas de reprodução da vida na periferia a partir das práticas cotidianas. Nesse contexto surge este estudo sobre mulheres migrantes nas periferias de São Paulo e seu vínculo a outra questão igualmente importante para mim: a moradia. Como em toda pesquisa acadêmica, foi necessário delimitar o espaço e o tempo para sua realização.

O interesse na questão da moradia voltou o meu foco para a questão da habitação social como política pública e como forma política de aproximar-se das massas de trabalhadores. Isto posto, este estudo se debruça sobre a construção do BNH – Banco Nacional de Habitação – na década de 1970 no distrito São Domingos, localizado no bairro Pirituba, zona noroeste da cidade de São Paulo.

Para realizar a pesquisa foram entrevistadas mulheres que migraram para São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960, vindas de regiões diferentes do Brasil e que compraram, com muito trabalho, suas casas próprias.

Pirituba possui um processo de formação semelhante a outros bairros periféricos da cidade, pois surge do loteamento de antigas fazendas - Barreto, Jaraguá e Anastácio - que juntas somavam 54,70 km². Localizado na região noroeste do município de São Paulo, possui aproximadamente 437.592 habitantes². Cada fazenda possui uma história distinta até chegar ao processo de desmembramento e loteamento, característico dos anos 1950. A região produzia café durante o século XIX e, por influência dos cafeicultores e da necessidade de expandir e escoar a produção, recebe a ampliação da malha ferroviária e a criação da estação de Pirituba

¹ GAUDEMAR (1977)

²https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

pela companhia São Paulo-Railway, em fevereiro de 1885, facilitando, assim, o acesso ao distrito.

O desmembramento das fazendas e a conseqüente criação dos bairros na década de 1950 demonstram o processo de urbanização da metrópole de São Paulo e a necessidade de expansão do capital, bem como a incorporação de trabalhadores na construção da cidade e no recente desenvolvimento de industrialização.

A mudança do eixo produtivo do setor agrário para urbano-industrial, iniciada a partir da década da 1930, com o final da Primeira República, expulsa do campo uma massa de trabalhadores que vão compor as periferias das cidades. Conforme aponta Francisco de Oliveira em *Crítica a razão dualista*

Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades de acumulação. (OLIVEIRA, 2013:46)

Com a mudança do eixo produtivo para o setor urbano-industrial a necessidade de políticas habitacionais cresce, levando o Estado Novo, segundo Bonduki, a criar a Lei do Inquilinato, em 1942, que congelava o preço dos aluguéis. Isso diminuía o interesse nas construções por parte da iniciativa privada e, em contrapartida, aumentava a criação de moradias autoconstruídas, principalmente nos arrabaldes da cidade.

O congelamento dos aluguéis, determinado em 1942, por esse regulamento de Getúlio Vargas, teria desestimulado a produção de moradia para a locação pelo serviço privado e com isto levado os trabalhadores a buscar loteamentos de periferias, até então pouco ocupados. (BONDUKI, 2011:12)

É também a partir da Lei do Inquilinato que as vilas operárias deixam de serem construídas, atividade realizada no início do processo de industrialização, por não se tornarem mais vantajosas para os industriais. Com a construção dessas habitações, deixariam de investir no setor em que atuavam e desmobilizariam seu capital.

Responsáveis pela produção das vilas operárias numa época em que a atividade industrial era precária e sem possibilidade de crescimento, esses empresários passaram a concentrar seus excedentes na própria produção para se beneficiarem com a crescente acumulação. Portanto não só deixaram de investir no setor, como em muitos casos, tenderam a desmobilizar seu patrimônio para utilizá-lo como capital. (BONDUKI, 2011: 232)

O processo acima descrito é intensificado a partir de 1956, quando, pela primeira vez na história do Brasil, a renda industrial supera a renda do setor agrário (Oliveira, 2013). Esse rápido processo traz para as cidades os trabalhadores rurais e criam necessidades para a reprodução de sua existência, respaldando a mudança do eixo produtivo do país, agora urbano-industrial.

A necessidade não era apenas de consumo de produtos, como também de novos espaços das cidades, expandindo suas construções. O processo de construção das pontes de concreto, montadas sobre os rios Tietê e Pinheiros nos anos 1950, demonstram a política de reestruturação que visava, a longo prazo, ampliar o espaço de circulação interna, intensificando o uso urbano, de serviços ou industriais

De passagem, cabe lembrar que a construção das pontes de concreto sobre o Tietê e o Pinheiros, nos anos cinquenta e, em seguida, o programa de execução das vias marginais desses rios, tiveram, de certa forma, efeito análogo pois permitiram a revalorização de vastas áreas de além-Tietê e de além-Pinheiros, tornando mais rentáveis o uso do espaço da metrópole naquelas localidades. (SEABRA, 2003:71)

O crescimento industrial esteve voltado para os mercados urbanos e, segundo Oliveira, fazia parte de um projeto político de tornar o setor industrial a “unidade-chave” do sistema, além de criar e consolidar novos padrões de mercados no Brasil, que orientassem e canalizassem o esforço da acumulação sobre a empresa industrial. O Estado, por sua vez, interveio em pontos necessário para esse desenvolvimento com as obras de infraestrutura da cidade, que proporcionam maior facilidade no processo de locomoção da cidade.

Dentro do bairro Pirituba está localizado o Parque São Domingos que, assim como a maioria das vilas e jardins da cidade de São Paulo, forma-se a partir da fundação de uma igreja, a Igreja São Domingos Sávio. (Mapa 01)

Ao final dos anos 1940, as terras do Parque São Domingos eram utilizadas para a pastagem de gado da Companhia Armour do Brasil, sendo vendidas ainda na década de 1950.

O empreendimento do BNH, localizado no Parque São Domingos, surgiu posteriormente: a partir do processo de loteamento da antiga fazenda Anastácio realizado pela Novo Mundo Investimentos. Parte do terreno foi destinado ao loteamento do Parque São Domingos, feito pelo Banco Nacional de Habitação a partir de 1964. O loteamento selecionou seus moradores por glebas, para as residências que teriam três, dois ou um quarto, a depender de quanto o futuro morador pudesse pagar.

Para aqueles que estavam fora da possibilidade de participar do processo de financiamento da casa própria, a alternativa encontrada para sair do aluguel era a autoconstrução de casas em terrenos próprios, de familiares ou ocupados. Daniel Giavarotti, em sua dissertação de mestrado, *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*, demonstra o processo formação e reprodução de um loteamento periférico na metrópole de São Paulo, o Jardim Ibirapuera. Sua reflexão é a partir da mobilidade do trabalho, a crise das regiões, o monopólio da violência exercido pelo Estado Nacional e o processo de formação de um mercado de trabalho na cidade de São Paulo no contexto de metropolização.

O processo de autoconstrução das casas próprias e suas extensões, com a expansão de mais cômodos para o abrigo de familiares, é para a família um processo difícil, demandando um tempo que seria destinado ao descanso. O cotidiano desses trabalhadores, divididos entre tempo de trabalho e tempo livre (ou tempo de produção e tempo destinado à sua reprodução enquanto proprietários da mercadoria força de trabalho) (Giavarotti, 2013), passa a ser apenas tempo de trabalho.

Com a especulação imobiliária e aumento do preço do solo urbano na cidade de São Paulo, torna-se cada vez mais difícil adquirir um imóvel, aumentando, assim, a expansão dos chamados “puxadinhos”, construídos em terrenos de familiares. Para a reprodução da vida em sociedade, a família ocupa um lugar importante para o trabalhador, garantindo a moradia – com os “puxadinhos” sendo uma garantia de baixa custo, se comparada ao aluguel e a compra de um imóvel.

A escolha do bairro para a construção de casas, feitas pelo BNH, não se fez por acaso. Existia grande quantidade de empresas na região que necessitavam a disponibilidade de mão-

de-obra nas proximidades. A existência de vias de acesso rápido para áreas mais centrais da cidade de São Paulo também foi determinante para a escolha do investimento, pois além de ser próximo à ponte do rio Tietê, o Parque São Domingos fica à beira da rodovia Anhanguera, que possui uma gama de empresas ao longo de seu caminho, partindo do bairro da Lapa em direção ao interior paulista.

Na rodovia encontravam-se fábricas de diversas modalidades, como a Klabin, Bozzano, Unilever, Siemens, Weleda, metalúrgica Mauser, Combustol e Metal Pó. O bairro também é próximo da Lapa, antiga zona fabril da cidade de São Paulo. A quantidade de fábricas instaladas nessa região durante dos anos 1960 e 1970 mobilizou muita força de trabalho atraindo migrantes, questão que será desenvolvida à frente.

A aquisição e manutenção da moradia própria na periferia de São Paulo, ao longo das décadas, é um obstáculo imposto a maior parte da população. A aquisição da casa própria, dentro do programa do BNH, foi possível a uma parcela da sociedade que, mesmo explorada e vendendo sua força de trabalho, possuía condições mínimas para participar do processo de financiamento, como comprovar renda e trabalho fixo.

Olhando ao redor do Parque São Domingos, é possível observar outra estrutura de casas, quadras e equipamentos públicos. Majoritariamente, as casas das vilas vizinhas, como Mangalot, Vila Boaçava e Parque Maria Domitila, são autoconstruídas, sendo muitas fruto do processo de ocupação dos terrenos vazios. É possível encontrar nessas redondezas casas autoconstruídas de palafitas em córregos que se mantêm a céu aberto nos dias de hoje.

Por fim, podemos afirmar que há uma grande diversidade e desigualdade de construções presentes na periferia, revelada na análise de suas paisagens urbanas e que ocultam os processos históricos que ali ocorreram.

No primeiro capítulo, tratamos sobre os movimentos migratórios de mulheres, a partir da necessidade da venda de sua força de trabalho ou de outrem de sua família, por meio das entrevistas. Tal processo não foi realizado a partir de um questionário rígido e padronizado, mas sim a partir de longas conversas gravadas em que elas iam relembando seu passado em meio as suas memórias.

No segundo capítulo, abordamos o processo de compra da casa própria, bem como as transformações ocorridas desde a criação do conjunto habitacional, partindo para as

metamorfoses que ocorreram na metrópole e que se reverberaram no bairro, em um processo mútuo de transformação.

No terceiro capítulo, percorremos o caminho das políticas de habitação popular, iniciadas na República Velha, passando pela era Vargas e, por fim, entramos na ditadura militar, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNH. Buscamos compreender a dualidade da criação de políticas habitacionais sob duas perspectivas. Primeiro, como necessidade de alocar mão de obra nas áreas mais periféricas da cidade; segundo como forma de manter o trabalhador atrelado ao trabalho, através dos financiamentos de mais de trinta anos.

1. Mulheres migrantes em busca da casa própria

O mundo

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas. — O mundo é isso — revelou — Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

Eduardo Galeano

Dona Nelzi, Dona Didi e Dona Gerusa são três fogueiras que brilham na periferia da cidade de São Paulo. Suas histórias se trançam na busca da casa própria e, embora construídas de pontos de partidas distintos, apresentam características em comum: todas são permeadas por processos migratórios, ocorridos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, que tiveram como destino a cidade de São Paulo.

O descolamento espacial vivido pelas três mulheres oculta a centralidade de seus processos migratórios, revelado na necessidade da venda de suas forças de trabalho para sobreviver. Gaudemar em *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, 1977, aponta que a mobilidade do trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital, e por essa razão, ao modo de produção capitalista. A mobilidade da força de trabalho surge como uma condição necessária para o capitalismo e seu desenvolvimento. Para o autor, o trabalhador vive a mobilidade do trabalho a partir de três momentos.

O primeiro é a **produção das forças de trabalho**, caracterizada por ser o momento da aquisição da mobilidade por parte do trabalhador, anteriormente submetido a outros modos de produção, caracterizada por Marx como acumulação primitiva. Sobre a categoria acumulação primitiva, Sivia Federici em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, realiza uma análise diferente daquela abordada por Marx. Sua análise está centralizada na questão da transformação da vida das mulheres ao final do período feudal e início da sociedade capitalista

Segundo Federici, a diferença entre sua análise e a de Marx consiste em distintos pontos de partidas. Para a autora, Marx trata a categoria como um processo fundacional que revela as condições estruturais que possibilitaram o desenvolvimento da sociedade capitalista, dando luz

ao ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e do desenvolvimento das mercadorias. Sua análise afasta-se da de Marx, pois segundo Federici, em sua interpretação, são considerados os seguintes fenômenos:

- i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho;
- ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens;
- iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores.

A tese central de seu texto consiste em afirmar que o processo de caça às bruxas ocorrido na Europa (e na América) entre os séculos XVI e XVII é o principal ponto do processo de acumulação primitiva. Para isso, autora busca explicar como a execução de centenas de milhares de “bruxas” no início da Era Moderna coincide com a perseguição às mulheres, apontando que a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres possuíam sobre a função reprodutiva e funcionou como preparação para um regime patriarcal mais opressor.

Sendo a acumulação primitiva um processo extremamente violento, uma vez que expulsa os camponeses de suas terras, promove guerras e o saque em escala global; a condição de degradação das mulheres nesse momento, se destaca para Federici, como ainda mais precarizada. A autora compreende que

na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação do trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade. (FEDERICI, 2017:37)

A acumulação primitiva é lida por Federici como extremamente violenta tanto para os homens, quanto para as mulheres. Entretanto, para as mulheres o processo é ainda mais violento, pois a principal mercadoria da sociedade capitalista, a força de trabalho, é gerada e criada por elas. Nesse sentido, é a partir desse período que o Estado passa a regular os corpos femininos

este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas” (FEDERICI, 2017: 119)

Retornando a análise dos processos migratórios, realizado por Gaudemar, outro momento de análise do processo de mobilização do capital, se refere a **utilização das forças de trabalho**, que por sua vez, é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho e à permutação dos postos de trabalho.

Realizando uma leitura sobre processo de adaptação do trabalhador as variações da jornada de trabalho (Marx, 1996) compreende-se que o trabalhador expropriado possui apenas sua força de trabalho para sobreviver, ele encontra-se submetido aos imperativos do capital; resta a ele adaptar-se as jornadas de trabalho impostas. Ademais, o avanço das forças produtivas implica no aumento da produção dos trabalhadores, de modo que passam a produzir mais, no mesmo período de tempo de trabalho

Esse momento da análise de Gaudemar pode ser compreendido no par com o terceiro momento que é **a circulação das forças de trabalho**, quando o trabalhador é submetido às exigências da mobilidade do mercado, ficando à mercê do capital e das crises periódicas. Se deslocando de uma atividade para outra. É a mudança de trabalho. Daí surge, para o capital, a necessidade de instaurar uma formação profissional, muitas vezes obrigando o trabalhador a mudar de área de trabalho.

Ao longo das pesquisas de campo alguns desses momentos, do processo de circulação da mercadoria força de trabalho, foram observados nas histórias de conhecemos, principalmente a utilização da força de trabalho e a circulação das forças de trabalho, como será apresentado a frente.

1.1 Dona Nelzi: do Paraná a São Paulo

Dona Nelzi nasceu em 1937, no pequeno município de Tibagi, localizado no interior do estado do Paraná. Mudou-se para São Paulo aos 27 anos, em 1964, com seu finado esposo Feliciano, chamado carinhosamente por seus vizinhos de Seu Félix. Ambos vieram de famílias de pequenos agricultores, que viviam, majoritariamente, dos gêneros cultivados em suas próprias terras.

Seu Feliciano faz parte da primeira geração da família que desloca sua força de trabalho do campo para a indústria. A saída de Feliciano do trabalho no campo para a indústria faz parte de um movimento de migração da força de trabalho do setor primário para o secundário expressivo entre as décadas de 1950 e 1960. A socióloga brasileira Helleith Saffioti - que apresentaremos a posteriori - aponta que

o desenvolvimento industrial verificado entre 1955 e 1960 desviou mão de obra masculina da agricultura para as atividades urbanas, modificando a proporção anteriormente existente entre a força de trabalho feminina e masculina efetiva nos três ramos da economia e elevando para 10% a participação da mulher nas atividades primárias em relação ao total da força de trabalho empregada neste setor. (SAFFIOTI, 2013: 339)

Feliciano já vendia sua força de trabalho no Paraná para a indústria de papel de celulose Klabin - instalada no município de Tibagi em 1947 – quando foi transferido para a cidade de São Paulo no início da década de 1960.

A indústria Klabin viu seu parque industrial se expandir a partir da segunda metade da década de 1950, através do Plano de Metas. O processo de expansão empresarial, para outras cidades leva junto consigo a mão de obra existente já qualificada; sendo esse o cenário que mobiliza Seu Feliciano a mudar-se do Paraná para São Paulo, e trabalhar no que se tornaria a maior empresa do setor de papel da América Latina.

Esse processo de mobilização do trabalho é uma expressão do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) e do Plano de Metas. Carlos Lessa, em seu texto *Quinze Anos de Política Econômica*, aponta que o Planos de Metas, 1956, dava continuidade ao processo de industrialização por substituição de importação, já existente no país. A prioridade de investimentos do Plano concentrava-se no setor de energia, transporte e algumas atividades

básicas, como a siderurgia e refino de petróleo, que segundo o autor, não despertavam interesse econômico no setor privado, sendo assim desenvolvida prioritariamente pelo Estado.

Lessa aponta que o Plano de Metas não dedicava atenção ao setor primário, de forma que apenas se referia ao setor agropecuário no que concernia a metas de produção de alimentos e a mecanização da produção. Sobre o Plano o autor evidencia que

não dedicava atenções à transformação estrutural do setor agropecuário. Este, em sua evolução anterior, não se havia constituído em entrave à industrialização. Através da incorporação de novas terras, a oferta de alimentos e insumos industriais de origem primária havia se expandido a taxa superior à do crescimento demográfico. Assim sendo, o Plano apenas marginalmente se referia ao setor, através de modesta meta de armazenagem, meta de produção tritícola, cuja motivação residia no problema geral do setor externo, e meta de mecanização agrícola, com participação apenas simbólica no conjunto de objetivos.
(LESSA, 1981:27)

Podemos ressaltar, que a mecanização expulsou moradores dos campos e os empurrou em direção às áreas mais urbanizadas, a fim de vender suas forças de trabalho nas fábricas. Movimento observado na trajetória de Seu Feliciano, que diferente de seus pais e avós, não encontrou no campo fonte de sustento de sua família.

Feliciano mudou-se para São Paulo com mais dois colegas de trabalho, com o objetivo de se estabelecerem e organizarem um local para poder, em seguida, trazer suas famílias. Após três meses vivendo e trabalhando em terras paulistas, ele volta ao Paraná para buscar sua esposa e seus dois filhos, sendo o mais novo recém-nascido.

O processo de saída da cidade natal para São Paulo, devido a mudança na realizada pela empresa, é apontado por Gaudemar como a utilização das forças de trabalho. No capitalismo os trabalhadores são constantemente submetidos a mobilidade do trabalho, a partir das necessidades do capital se expandir, de modo que, os trabalhadores se veem obrigados a mudar de postos de trabalho e adaptar-se a novas exigências do trabalho.

Os trabalhadores na sociedade capitalista possuem a liberdade de escolherem seus empregos e se aceitam realizar um deslocamento espacial. No entanto, conforme demonstra Gaudemar, a mobilidade e liberdade da força de trabalho possuem dois aspectos. Sendo o positivo a própria liberdade do trabalhador escolher o seu local de trabalho e onde exercê-lo; seu aspecto negativo se demonstra no poder do capital em despedir a qualquer momento um

trabalhador ou ainda transformar seu trabalho e suas condições. De qualquer modo, a força de trabalho

deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, que tenham sido escolhidos quer impostos; móvel quer dizer apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro seja satisfatório. (GAUDEMAR, 1977:196)

Quando a família chega em São Paulo, se estabelecem em uma casa de um único cômodo, no bairro Parque São Domingos. Permaneceram nessa residência por 9 anos, uma vez que ela cumpria dois papéis que, para o casal, facilitava a permanência. Primeiro, o aluguel era barato, haja visto que a residência compreendia apenas um cômodo; segundo, era próximo ao trabalho de Feliciano, dessa forma, não era necessário despender dinheiro para a locomoção.

Eu chorei quando cheguei aqui e vi que a gente ia morar num cômodo pequeno, bem dizer um quarto né, não sabia que seria assim. Eu ficava sonhando com uma casa aqui na cidade, pensava que ia ter um quarto pras crianças, uma sala pra jantar. Porque lá no Paraná a gente também não tinha dinheiro, mas a gente tinha mais espaço. Você não sabe a dor no coração que eu fiquei de ver minha filha num espaço tão pequeno. O Nena ainda era um nenê, então pra ele não fazia diferença, mas pra Mila dava dó.

A residência era localizada em quintal compartilhado com outras duas famílias. Os cômodos residenciais não possuíam banheiro. Para sanar essa necessidade havia um banheiro no quintal, que era compartilhado pelas três famílias. Dona Nelzi nos relata, com muito pesar, o período em que viveu no cortiço e como era difícil a vida.

Sabe, morar nós quatro em um cômodo pequeno era difícil, parecia que a casa nunca tava arrumada, porque é muita coisa para ficar num lugar só. Eu passava o dia arrumando, mas sempre parecia que as coisas estava fora do lugar. Quando a gente tava cansado não tinha um lugar pra distrair, um sofá pra sentar e conversar. Ou a gente tava deitado na cama ou sentado na cadeira. Outra coisa era que minha filha tava virando mocinha e não tinha nenhuma privacidade. Ninguém tinha privacidade em casa pra falar a verdade. A gente não tinha nem um banheiro dentro do cômodo, imagina menina, o que era a gente dividir o banheiro com mais duas famílias. Ter que sair de madrugada de casa para ir no banheiro, em noite com

chuva era horrível. A gente tomava banho e depois tinha que sair na friagem pra chegar entrar em casa.

Nem paz pra lavar a roupa a gente tinha, porque só tinha um tanque pras três famílias. Aí as mulheres, que ficavam em casa, tinham que revezar quando que ia lavar a roupa. Imagina que aconteceu alguma coisa, menina, e eu precisava lavar logo uma roupa e não dava porque não era o meu dia de lavar e já tinha gente lavando. Outra coisa, quando eu ou outra mulher ia lavar a roupa e tava chovendo, a gente tinha que se ajeitar pra todas conseguirem lavar tudo. A gente não tinha muita roupa, então tinha que sempre tá lavando. Tinha que estender as roupas dentro do quarto, porque o quintal não tinha cobertura. A minha sorte é que as minhas vizinhas de quintal eram muito boas, até hoje eu tenho amizade com a Cêssa, a Dona Edna faleceu fazem uns 6 anos.

Os nossos maridos trabalhavam na Klabin. Eles vieram juntos do Paraná e alugaram essas casas no mesmo quintal para gente morar, acho que foi o lugar mais barato que eles acharam. Então eles iam juntos trabalhar e a gente ficava em casa, cuidando das crianças, da casa, das roupas. Pra mim até que era mais fácil, porque só tive duas crianças, mas pras minhas vizinhas era mais difícil. A Cêssa teve quatro filhos e uma filha. A Edna teve quatro filhos, três meninos e uma menina. Era muita criança no quintal. Se você somar tudo, dá quase umas 20 pessoas usando um banheiro só. Por isso que eu falei que era difícil. Imagina o banheiro nunca tava limpo.

Claro que a gente queria uma casa própria e uma casa que fosse só nossa também, é difícil dividir o quintal com outras pessoas, as vezes você não quer nem falar com ninguém e tem que ser simpático. Também da vergonha até de brigar, por você sabe, né, todo mundo ficava escutando.

Feliciano, através de colegas de trabalho, soube que em seu bairro haveria a construção de casas populares e se inscreveu no programa de habitação. Segundo Dona Nelzi, a família passa a torcer e sonhar muito com a possibilidade da casa própria em uma localidade próxima ao trabalho. Para a família, a oportunidade de possuir uma residência era apenas um sonho distante de sua realidade financeira.

A gente achava que ter a casa própria aqui em São Paulo era quase impossível, porque era muito mais caro que lá no Paraná. Na minha cidade, era mais fácil ter casa, era mais barato. Agora em São Paulo tudo tinha que provar com documentos. Mas a gente conseguiu juntar. Depois ficamos torcendo pra casa sair aqui no bairro mesmo, porque o governo estava construindo casas na cidade inteira, e a gente não queria ir pra longe não. A gente ficou muito

feliz quando saiu a casa aqui pra gente. Eu saí do cortiço, mas minhas amigas continuaram morando lá. Depois a Edna mudou pro Morro Doce e a Cêssa comprou uma casa lá embaixo no Cruzeirinho³.

Nabil Bonduki em seu texto *Origens da habitação social no Brasil*, discorre sobre processo de criação das primeiras moradias populares, a partir da intervenção do Estado com destaque para a Era Vargas (1930-1954). Sua análise debruça-se, principalmente, sobre a cidade de São Paulo, devido ao seu rápido e intenso processo de urbanização. Segundo o autor, o Estado brasileiro passa a intervir na construção das moradias e no mercado de aluguéis, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional *as livres forças do mercado*. Para o autor, essa postura do Estado brasileiro, em relação à habitação, fez parte de uma estratégia de formação e fortalecimento de uma cidade urbano-industrial. Bonduki reforça que a intervenção do Estado na questão da moradia possuía um duplo sentido, sendo o primeiro o de ampliar a legitimidade do regime e, o segundo, de viabilizar uma acumulação de capital no setor urbano através da redução do custo da reprodução da força de trabalho.

A tese central de seu texto afirma que durante a Era Vargas, tanto a sociedade brasileira, quanto o Estado, perceberam que para adquirir uma casa própria era indispensável a intervenção estatal para financiar os empreendimentos, uma vez que a burguesia não se interessava mais no setor da construção civil. Assim, o autor afirma que a ideologia do Estado Novo era estimular o acesso à casa própria – corroborando para o surgimento das favelas e facilitando, posteriormente a aceitação, por parte da população de moradias precárias, uma vez que viviam em áreas que não possuíam muitos investimentos. Bonduki afirma que há a construção, por parte do Estado, de uma ideologia da casa própria, que perpetuará na sociedade, que visava o estabelecimento dos operários em seus postos de trabalho e consistia em uma solução periférica que viabilizava a instalação dos trabalhadores próximos às áreas de expansão industrial.

³ Morro Doce é um bairro periférico que fica na zona noroeste da cidade de São Paulo. Segundo relatos das moradoras, era comum muitas famílias saírem do Parque São Domingos em direção ao Morro Doce, devido aos preços mais baixos de moradia. Cruzeirinho é uma área que pertence ao Parque São Domingos, no entanto, não foi uma área de construção de casas do BNH, o que o caracteriza é a presença de casas autoconstruídas.

Neste sentido, é nítida a preocupação existente em São Paulo de viabilizar a solução periférica, que vinha sendo destacada como a alternativa habitacional que mais convinha ao processo de expansão industrial, baseada em altas taxas de acumulação. A edificação da casa própria a baixo custo era — de acordo com o pensamento dominante na época — a melhor saída para a habitação operária, pois garantia a solução do problema sem implicar numa elevação dos níveis salariais e, ainda, difundiria a propriedade entre os trabalhadores, dando melhor estabilidade ao sistema político e econômico. O grande problema, no entanto, era viabilizar o acesso ao lote próprio — tanto do ponto de vista físico como financeiro — e inculcar nos trabalhadores a necessidade de se submeterem a grandes sacrifícios para construir, sem nenhum apoio, sua casa.
(BONDUKI. 1994:730)

Bonduki trabalha em seu texto a ideia de que o sonho de possuir a casa própria fez parte de uma ideologia do Estado, que perpetuou no imaginário do trabalhador de baixa renda, fazendo-o se comprometer com dívidas e manter-se fiel ao seu trabalho. A casa é uma materialidade da sociedade essencialmente necessária para a reprodução da vida. Podemos observar, a partir de relatos da vida de Dona Nelzi, que o sonho da casa própria parte muito mais das dificuldades materiais do cotidiano da vida de uma família em um pequeno cômodo em quintal compartilhado, do que de uma ideologia implantada desde o período do Estado Novo.

A nosso ver, a casa própria se faz ainda mais necessária – ou pelo menos é sentida – muito mais nas mulheres, do que nos homens; uma vez que no período estudado, muitas delas passavam a maior parte de seu tempo dentro de casa, realizando todas as tarefas domésticas. Além disso, a casa própria se torna uma garantia, de que na velhice haverá um lugar seguro para descansar, sem medo da instabilidade das flutuações do aluguel.

1.2 Dona Didi: do interior de São Paulo para a capital

Durante os trabalhos de campo, a narrativa da família como um suporte para a migração se fez presente nas histórias contadas, como podemos observar no relato a seguir. Dona Didi nasceu em 1932 no município de Gália, no interior do Estado de São Paulo. Filha de pequenos agricultores que viviam basicamente dos produtos plantados em seu sítio. Ela se casa aos 17 anos com Seu Euzébio, também filho agricultores, e se muda para o sítio da família dele, a fim de compartilhar a residência e o trabalho no campo.

Antes de casar eu morava no sítio com a minha família, depois que casei, fui morar no sítio com os meus sogros. Tudo o que a gente precisava vinha do sítio, menos o sal e o açúcar, isso a gente tinha que comprar fora, não tinha jeito. A gente acordava cedo e tinha muita coisa pra fazer, dava muito trabalho. Primeiro tinha que tirar leite das vacas, depois a gente ia lavar as roupas, era muita roupa suja de terra para limpar. A gente tinha muita comida pra fazer, porque os homens ficavam na roça o dia todo e tinha muita fome. Eu fazia manteiga, pão, bolo, muita coisa. Quando casei já fiquei grávida da minha primeira filha, a Lúcia, depois tive mais cinco filhas, tudo mulher mesmo. Aí morava todo mundo no sítio. Eu, meu marido e meus sogros e minhas 6 filhas; era bastante gente. Mas cabia todo mundo. Só que eu não parava de trabalhar nunca, lavava, cozinhava, limpava e ainda costurava as roupas das meninas, porque a gente não tinha dinheiro pra comprar roupa pronta, só o pano pra costurar.

Meus sogros já tavam ficando muito cansado de morar no sítio, então meu sogro vendeu o sítio e dividiu o dinheiro entre os filhos dele, cada um fez o que quis com a sua parte. Meu marido comprou uma padaria e a gente se mudou pra cidade. A gente morou em muitas cidades depois que saímos do sítio, Lavínia, Pereira Barreto e Mirandópolis, tudo com a padaria. Não dava certo num lugar, a gente ia pra outro. Eu já tava com as meninas mais velhas grandes quando a gente começou a querer ir embora do interior. Sabe, não tava dando certo, eu trabalhava muito na padaria, fazia pão, bolo, doce, a gente até comprou uma máquina de sorvete, mas era muito trabalho pra mim. Ainda tinha que cuidar das meninas. O Zébio (Euzébio) bem dizer que não me ajudava muito, saía aí pra vida e sumia, ficava dias sem aparecer em casa. Tudo sobrava pra mim.

A padaria não tava mais dando dinheiro, é difícil cuidar da padaria, tem que acordar muito cedo todo dia, igual no sítio, mas a gente ia dormir muito tarde, porque tinha que preparar muita coisa pro dia seguinte. Bem dizer, eu acho que até trabalhava mais depois que fui pra cidade.

Minha mãe já tinha mudado pra São Paulo, pra morar com meu irmão mais velho. Eles também não tavam mais conseguindo viver no sítio. Aí eu achei melhor a gente mudar também. Como a minha mãe já tava em São Paulo eu achei melhor vim pra cá. Pelo menos já tinha a casa dela pra morar, pelo menos no começo.

Dona Didi chega em São Paulo, no bairro Vila Zatt, em 1966 com 3 filhas e o marido para viver na casa de sua mãe. *Eu já tinha mandado minhas duas filhas mais velhas pra cá antes, pra trabalhar, ficou só uma filha no interior ainda. Não deu pra trazer todas de uma vez. A passagem era muita cara, a gente veio de trem, foi uma viagem muito dura. A minha outra filha eu deixei com minha sogra no interior.*

A mãe de Dona Didi já havia se mudado para São Paulo, pois após o falecimento de seu esposo não conseguia mais se manter financeiramente no sítio da família. *Minha mãe não sabia ler e escrever, ela veio pra cá e trabalhava de costureira no Brás. Ela nunca tinha trabalhado fora antes, ela passou a vida cuidando dos filhos dela e dos filhos que meu pai já tinha do outro casamento. Acho que ela cuidou de mais de umas dez crianças. Aí depois que meu pai morreu, ela não conseguia mais se manter. Ela teve que vim pra São Paulo pra trabalhar, como ela sabia costurar muito bem, arrumou emprego rapidinho. Graças a Deus que ela arrumou um emprego até que bom, porque ela pegava pano e levava pra casa pra costurar e depois levava a entrega, num tinha que ficar saindo todo dia pegando o trem pra ir no Brás.*

Para desenvolver nossos estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, nos aproximamos da obra de Heleieth Safiotti, em sua tese de livre docência *A mulher da sociedade de classes: mito e realidade*, em que a autora estudou, entre outros temas, o trabalho femininos na década de 1960 no setor têxtil e na área da educação infantil; o objetivo de sua pesquisa era “apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino. Visa, ainda, a desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento”.

A autora estuda a inserção do trabalho feminino na sociedade brasileira, desde a Colônia, passando pelo Império e chegando à República. A partir de uma perspectiva marxista, analisa como a lógica capitalista se comporta nos momentos de crise do capital e como a força de trabalho da mulher é tratada nos momentos de crise.

Na contramão do processo de industrialização brasileira, que atuou como um fator de atração para as migrações internas, percebe-se, segundo a autora, que a mão de obra empregada no setor secundário, era predominantemente masculina. O emprego da mão de obra feminina estava crescendo nas atividades primárias e nos setores de serviços.

Em 1960, as mulheres representavam 17,9% do total da mão de obra efetiva do país, não se devendo, contudo, este aumento de 3,2% em relação a 1950 à elevação do emprego da força de trabalho feminina nos setores econômicos essencialmente urbanos. Com efeito, se a participação das mulheres se elevou para 17,9% do total da força de trabalho ocupada nas atividades secundárias, caiu para 30,7% sua representação nas atividades terciárias em relação ao total de mão de obra empregada neste setor da economia. (SAFFIOTI, 2013:339)

A partir dos anos 1955 e 1960 houve grande emprego de mão de obra masculina nas indústrias, saindo da agricultura rumo às atividades urbanas. Segundo Saffioti, a região Sul⁴, foi mais afetada pelo surto industrial, a participação feminina no setor secundário foi inferior a participação das mulheres na indústria na região Leste⁵. A autora atribui a esse fato o processo de modernização das indústrias, que começaram a empregar cada vez menos quantidade de mão de obra feminina, optando então pela força de trabalho masculina.

O desenvolvimento da indústria no Brasil não acarretou, como não provocou também em outros países, maior participação da mulher na força de trabalho efetiva da nação. Ao contrário, tem sido crescente o número de mulheres que se dedicam exclusivamente às atividades domésticas não diretamente remuneradas. A situação especial das economias periféricas ao sistema do capitalismo internacional tem impedido um maior aproveitamento da mão de obra em geral em virtude da importação de tecnologia poupadora de força de trabalho. (SAFFIOTI, 2013: 340)

Dessa forma, podemos observar que mesmo as migrações ocorrendo para São Paulo, no período da industrialização, a mão de obra feminina não era empregada, predominantemente, nesse setor, ocupando-se na maioria das vezes no setor terciário e na prestação de serviços, como relata Dona Didi em sua chegada à São Paulo.

Quando cheguei em São Paulo, fui trabalhar como doméstica e depois numa firma, como faxineira. Meu marido trabalhava de motorista na empresa Tibet, de roupas, no Brás e na rua José Paulino. Como minha mãe trabalhava de costureira, pegando roupa no Brás, ela

⁴ O Brasil até 1950 estava dividido pelo Conselho Nacional de Geografia, 1942, que dividia o país em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Tal divisão baseava-se, predominantemente, nas características fisiográficas do território. O estado de São Paulo fazia parte da região Sul, assim como os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por isso a autora se refere à São Paulo como região Sul.

⁵ A Região Leste, por sua vez, compreendia os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

conhecia muita gente lá e deu uma força pra ele. A gente ficou morando na casa da minha mãe um tempo até a gente se arrumar.

Depois que a gente começou a trabalhar e as meninas maiores também já tinham arrumado emprego, a gente se mudou, ali na vila Zatt, pro cortiço que tinha lá. Lá (no cortiço), a gente ficou morando bastante tempo, uns 6, 7 anos. Tinha um monte de casinha no quintal, acho que umas 8 ou 9 e um banheiro só, no quintal, pra todas as casas. Olha, não era fácil morar no cortiço não. Eu tinha muita vergonha, porque antes eu morava num sítio grande, com espaço e agora eu tava numa casa bem pequena, quase não cabia minhas todas as minhas filhas. As meninas não gostavam de ficar em casa, não cabia tanta gente. Elas sempre brigavam, por que ninguém aguenta ficar tão perto assim. A minha filha mais velha já tava trabalhando, tinha um emprego bom, era recepcionista na Mauser (metalúrgica), empresa boa. Ela já ficava o dia todo fora de casa, só voltava pra dormir.

Demorou um pouco pra mim conseguir ir buscar minha filha que ficou no interior, só depois de um ano em São Paulo que eu fui buscar minha filha. Então a gente morava em 8 pessoas num quarto e cozinha. Meu marido, eu e minhas 6 filhas. Todo dia quando eu acordava eu pedia pra Deus pra eu conseguir comprar uma casa, pra ter o meu cantinho.

A presença dos cortiços na cidade era muito forte, cumprindo a função de moradia barata, mesmo que extremamente precária, e sem necessidade de comprovação de renda, conforme exigiam os donos de casa de alugueis. As moradias dos cortiços não possuíam rede de esgoto, iluminação, não eram arejadas e abrigavam uma quantidade de pessoas muito maior que sua capacidade. Foi uma forma de moradia extremamente viabilizada no Brasil, principalmente durante o período da República Velha 1889-1930, conforme aponta Bonduki, entretanto, como pudemos observar no relato de Dona Didi, eles ainda se faziam presente na década de 1960 nas periferias de São Paulo, como forma de moradia barata para as populações mais empobrecidas.

Se durante as décadas de 1930 e 1940 os cortiços surgiram como forma alternativa de moradia barata nas áreas centrais da cidade, que evitavam o gasto com transporte, diminuindo o tempo de deslocamento e, de certa forma, aumentando a qualidade de vida das pessoas, pois não necessitavam gastar horas se locomovendo pela cidade. Na contramão desse cenário, na década de 1960, os cortiços se expandiram para as periferias, como forma ainda mais precarizadas de moradia, uma vez que além de estarem longe dos centros urbanos, dificultando a locomoção das populações mais pobres, ainda apresentavam condições insalubres para a população.

Dona Didi, assim como Dona Nelzi, relata com muito sofrimento o tempo em que viveu no cortiço com sua família. Abrigar tantas pessoas em poucos cômodos não era uma tarefa simples, exigia um grande malabarismo familiar.

Era muito difícil morar no cortiço com tanta gente, mas até que nossa casa era grande, porque a cozinha era separada do quarto, mas era muito pequeno. Tinha muita gente morando num lugar só, tinha muito vizinho no quintal, era barulho o tempo todo, sempre tinha alguém entrando ou alguém saindo. O portãozinho que dava pra rua tava sempre aberto, ninguém nem fechava mais, parecia que qualquer um podia entrar. Descansar era muito difícil porque a gente não tinha espaço direito, dentro de casa tinha muita gente.

Outra coisa era que quando chovia, chovia muito dentro de casa, o teto era cheio de goteira, aí já sabe o que dá quando molha, né? Mofo. Então os canto do quarto era cheio de mofo e aquilo fede, quando a casa fica fechada, na hora que a gente entra sente aquele cheiro de bolor. Muito ruim. Tanta casinha, uma do lado da outra não tinha como tomar sol, era muito triste. Bem dizer que a gente só tinha um corredor de quintal, que pegava de um lado a outro da rua de tanta casa que tinha no quintal.

No quarto a gente tinha uma cama de casal e a gente tinha 2 beliches, dormia do jeito que dava, as meninas menores dormia junto na cama e as que já trabalhava, dormiam sozinhas, porque no dia seguinte elas tinha que sair mais cedo de casa, né.

Olha, não foi fácil, depois desse cortiço que a gente morou, a gente mudou pra uma casa, num quintal que só tinha mais casa. Ali também era um quarto e cozinha, mas já era melhor porque os cômodos era maior. No quarto a gente deixou uma cama de casal, as duas beliches que a gente tinha e agora a gente tinha uma cama de armar. Uma filha tinha que armar a cama toda noite e dormir na cozinha, porque no quarto já não cabia mais. O banheiro era do lado de fora da casa, mas a gente tinha um banheiro só nosso agora. Pra quem dividia o banheiro com mais de trinta pessoas antes, dividir agora com seis não era difícil. Mas eu tinha sonho, sonhava em ter um banheirinho dentro casa, poder acordar a noite e ir no banheiro, não ter que sair no sereno. Achava muito chique casa com banheiro dentro, só vim conhecer isso aqui em São Paulo, porque no sítio o banheiro também era pra fora.

Depois a gente se mudou de novo, pra outra casa. Tudo na Vila Zatt mesmo. Só que essa agora tinha três cômodos, e eles eram grande. Foi uma felicidade ter sala em casa, porque agora nenhuma filha precisava dormir na cozinha. Elas podia dormir no sofá na sala, bem melhor, né? O banheiro ainda era do lado de fora da casa. Mas eu rezava bastante pedindo

pra Deus pra conseguir ter uma casa com banheiro dentro. Uma casinha só minha e da minha família.

A vida foi melhorando porque as meninas foram crescendo e trabalhando, então entrava mais dinheiro em casa pra pagar as contas. Dava pra morar nessa casa que eu falei, tinha mais comida em casa. Todas as meninas que já trabalhavam davam o salário pra mim. Eu que pagava todas as contas e comprava a comida. Tinha que fazer tudo certinho pra não faltar nada.

Claro que eu pensei em voltar pro interior, muitas vezes eu pensei nisso. Só que lá eu não tinha mais onde morar, me dava um desespero pensar nisso. A gente já tinha vendido tudo, não sobrou nada. A gente tinha que arranjar um jeito de ficar melhor por aqui mesmo. E tem outra coisa, como que eu iria mudar com tanta gente?

A minha filha mais velha tinha um emprego bom, né. Trabalhava lá na metalúrgica. Foi lá que ela ficou sabendo que tinha um programa do governo que tava construindo casa pro povo. Foi uma esperança pra gente. Só que só que ela não tinha renda o suficiente pra se inscrever, ela ganhava menos. Nenhum de nós tinha renda pra falar a verdade. Mas Deus foi muito bom com a gente. O chefe dela, Seu Mauser, fez um registro falso na carteira dela, como se ela tivesse dois empregos lá. Assim a renda dela dava pra se inscrever. Só que ele não deu aumento pra ela, né, foi só no papel mesmo.

Depois disso, ela conseguiu se inscrever no programa de casa do governo. Não lembro direito, mas acho que não precisa pagar nada na inscrição, só se a pessoa fosse sorteada. Então a gente só ficou torcendo mesmo pra conseguir ser sorteada. Qualquer lugar pra gente tava bom, só tinha que caber todo mundo, né. Isso era o mais difícil.

A possibilidade de compra da casa própria para Dona Didi, só é possível a partir da junção de renda de todos os membros da família que trabalham. Entendemos a instituição familiar como um mecanismo dentro da sociedade capitalista que mantém a exploração do trabalho.

1.3 Dona Gerusa: do Nordeste a São Paulo

Dona Gerusa nasceu em 1942 no município de São Miguel dos Campos, Alagoas. Viveu com sua família por pouco tempo, a migração chegou cedo em sua vida, como podemos observar em seus duros relatos.

Meu pai largou a minha mãe e ela foi obrigada a dar os filhos que nem dá cachorro e dá gato. Eu fiquei mais uma irmã morando com uma tia, os outros eu não vi pra onde foram. Nunca mais vi esses meus irmãos, não sei o que aconteceu com eles, nunca tive notícia. Eu fiquei morando em São Miguel e minha mãe foi pra outra cidade ali do lado, chamada Atalaia. Minha mãe teve que sair da nossa cidade, ela não arrumava emprego onde a gente morava, não conseguia criar a gente. Ela foi trabalhar numa casa de família, eu sentia muita falta dela, eu ainda era pequena. Não esqueço quando eu me encontrava com ela. Às vezes ela me pegava pra passear de carroça, quando eu tinha fome, ela me dava um pedaço de carne seca, farinha e água, eu tinha uns 4 anos, foi em 1946.

Só que a minha mãe não tava conseguindo se manter trabalhando em Atalaia, ela teve que se mudar pra São Paulo. Nossa, eu fiquei tão triste, eu era muito pequena pra me separar assim da minha mãe. São Paulo era muito longe, me dava muita tristeza.

Para discutir a questão da migração a partir da trajetória de Dona Gerusa, dialogaremos com a obra de Paul Singer, *Economia Política da Urbanização*. Para o autor as migrações internas estão sempre historicamente condicionadas, sendo elas o resultado de um processo global de mudanças do qual não devem ser separadas. A década de 1950, foi marcada pelo avanço da industrialização no país, tal desenvolvimento econômico foi realizado a partir de intenso investimento público no setor secundário. A industrialização é um importante ponto de partida, para nos auxiliar a compreender os processos migratórios ocorridos no Brasil a luz das análises de Singer.

O autor destaca que a industrialização gera uma profunda alteração da divisão social do trabalho. Muitas atividades manufatureiras, que outrora foram realizadas em parceria com as atividades agrícolas são separadas destas e passam a serem realizadas de formas especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados para aproveitar a infraestrutura instalada (energia, água, esgoto, transporte, comunicações). Visando reduzir os custos de transporte as empresas passam a se localizarem próximas umas das outras, surgindo assim, para o autor a cidade industrial.

Antes da indústria, todas etapas necessárias para a produção e venda de um produto é realizada pelo próprio sujeito do campo, além disso, atividades como educação, cuidados com a saúde são *providos por membros da própria comunidade*. Ao passo que, com a industrialização todos esses serviços são fragmentados e passam a serem oferecidos por estabelecimentos especializados.

Essa transferência de atividades do campo para a cidade aparenta ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial, a aglomeração espacial das atividades, ou seja, a urbanização. O autor ainda aponta que o crescente processo de especialização – que torna a produção economicamente rentável – leva ao surgimento de estabelecimentos de grande porte. Nessa conjuntura, as migrações internas aparecem como um modo de redistribuição espacial da população *que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas*.

Compreendemos a migração da mãe de Dona Gerusa, como um processo de rearranjo interno da população, uma vez que ela já não encontrava em Alagoas meios para vender sua força de trabalho, sendo desse modo, impelida a migrar, buscando novos mercados para disponibilizar sua mão de obra.

Antes da minha mãe ir embora pra São Paulo, ela deu minha irmã pra um guarda civil da cidade e me deixou morando com a irmã dele. A irmã dele era muito boa pra mim, eu gostava dela, ela cuidava de mim, deixava eu brincar, mas aí, ela morreu e eu tive que ir morar com o guarda também. Ele era muito bravo, era esquentado, sabe? Minha mãe ia me visitar, antes de ir embora, e ele não deixava ela nem entrar no portão. A gente tinha que conversar com a minha mãe do portão pra dentro e ela pra fora. Hoje eu acho que ele tava humilhando a minha mãe, só porque ela não conseguia criar a gente. Como que uma pessoa não deixa uma mãe ver o seu filho? Tem que ficar do lado de fora do portão, isso não se faz.

Na casa morava eu, minha irmã, a mulher dele e os filhos dele. A mulher dele e os filhos dele eram bons pra gente. Os filhos dele já era tudo grande então eles não ligavam muito pra gente, mas também não tratava mal. A mulher dele já gostava mais da gente, acho que é porque ela não teve nenhuma menina, só menino, então ela gostava de cuidar da gente. Só que eu era muito danada, eu brigava, respondia ele, não fazia as coisas da casa que ele pedia. A minha irmã era diferente, ela era mais boazinha, fazia tudo certinho, aí ninguém brigava muito com ela.

Um dia minha mãe veio de São Paulo pra me visitar e ele mandou me levar embora, disse pra ela dá um jeito de levar a filha dela. Minha mãe ficou desesperada, como que ela ir

me levar pra São Paulo? Ela pediu um tempo pra ele, pra poder se organizar e arrumar as coisas.

Eu queria muito ir embora, aí minha mãe mandou o dinheiro. Peguei o avião sozinha com 13 anos, era 1955, era 03 de agosto de 1955. Chegando aqui não tinha ninguém no aeroporto me esperando, o voo atrasou, a amiga da minha mãe que ia estar lá foi embora e deixou o endereço dela. O piloto do avião me levou pra casa dele, a mãe dele me deu comida, fez chá pra mim e me aqueceu, eu estava com muito frio. No dia seguinte o piloto me levou no endereço da amiga da minha mãe. Eu tive muita sorte. Ainda passei uma semana na casa dessa amiga da minha mãe, até ela me levar para casa.

Embora esse movimento migratório aparente ser de cunho pessoal, as migrações nordestinas para São Paulo, na primeira parte da década de 1950 foram muito significativas. O processo migratório Nordeste – São Paulo se intensifica na década de 1930, quando o número de migrantes nordestinos ultrapassa o número de imigrantes que chegam ao estado de São Paulo. Entre os anos de 1951, 1952 e 1953, período em que ocorreu uma das secas mais severas na região a migração para São Paulo volta a aumentar. Entretanto, compreendemos que as condições climáticas se apresentam com um fator que dificulta a vida no Nordeste, porém as diferenças econômicas e sociais, como a concentração de terra e renda, são muito mais significativas para uma sociedade desigual, levando as pessoas ao processo migratório. Trazemos a seguir alguns dados, que nos mostram a quantidade de migrantes nordestinos em direção a São Paulo

Durante a década de 50, a migração para São Paulo tornou-se maciça, com características de êxodo rural, estimulada pelas secas de 1951-53 e a de 1958. Entre os anos de 1951-55, o Departamento de Imigração e Colonização registrou a entrada de 762.707 migrantes na cidade, com preponderância de nordestinos, que concorrem agora para a formação da classe operária em São Paulo do pós-guerra [...] pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassou o do interior do estado. A cidade recebeu quase um milhão de pessoas representando aproximadamente 60% do crescimento do município na década. Nos vinte anos que separam 1950 de 1970, a cidade triplicou seu tamanho, enquanto no mesmo período, a população nordestina cresceu dez vezes. (ROMERO. 2014:6)

No entanto, vale ressaltar, conforme Singer discute em sua obra, que a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o principal motor das migrações internas. A população de áreas menos favorecidas sofre um empobrecimento relativo, de modo que o

arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam se beneficiar dos seus frutos.

Em alguns lugares, a economia se especializa na produção de uma ou poucas matérias-primas, reproduzindo dentro dos países a dicotomia “desenvolvidos x subdesenvolvidos”, como podemos observar no Brasil. Singer destaca que, quando a produção de matéria prima que se destina à indústria nacional, trata-se de “colonialismo interno”. Em outros lugares a economia encontra-se a beira de uma divisão inter-regional do trabalho, fechando sobre si mesmo a base de uma produção de subsistência. De qualquer modo, o nível de vida da população aparece baixo e *os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas inexistem*. Singer aponta que há dois fatores de expulsão, que levam as migrações, são eles: o fator de mudança e o fator de estagnação, sendo segundo observado no caso de Dona Gerusa.

Os fatores de mudança decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. Por sua vez, os fatores de estagnação são aqueles que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, como observado em parte do Nordeste brasileiro.

Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho se mantêm estagnado ou crescendo apenas vagarosamente...A utilidade dos conceitos de fatores de mudança e de estagnação está em mostrar que os efeitos propulsores tendem efetivamente a criar novos pólos de expansão que acarretam, não obstante uma intensificação da migração do campo à cidade, ao passo que os efeitos regressivos, ao limitar a expansão da demanda por força de trabalho, dão lugar também a migrações, mas de tipo distinto, por razões e com conseqüências completamente diferentes.
(SINGER. 1977:39)

Embora as migrações do Nordeste para o Sudeste sejam significativas durante a década de 1950 e o processo de industrialização, um dos motivos para tal movimento, observa-se que mão de obra empregada no setor secundário era composta, predominantemente, por homens, de tal modo que as força de trabalho feminino se ocupava de trabalhos no setor de serviços, em grande parte, no serviço doméstico. Safiotti aponta que a indústria brasileira não conseguia

absorver toda a força de trabalho presente na sociedade e nesse contexto, a força de trabalho feminina foi marginalizada.

Enquanto nas atividades primárias a participação feminina era de 7,3%, e nas secundárias de 17,4%, as mulheres passaram a representar 32,2% das pessoas ocupadas no setor terciário da economia nacional [...] De toda a população desenvolvendo atividades econômicas extradomiciliariamente, as mulheres não ultrapassavam os 11.3%. Como a economia conseguia absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram grandemente marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços justificando-se esta marginalização em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos. (SAFFIOTI, 2013: 338)

Podemos observar tal movimento no emprego da mão de obra da mãe de Dona Gerusa, que ao chegar em São Paulo, trabalha como empregada doméstica. A mãe de Dona Gerusa vivia na região metropolitana de São Paulo, no município de Santana de Parnaíba. É muito comum os migrantes se instalarem nas cidades próximas à São Paulo devido ao custo de vida mais baixo. *Quando cheguei, fui morar com minha mãe e meu padrasto. Meu padrasto trabalhava num sítio, eu ajudava ele. Lá tinha plantação de pêssego e de cebolas.*

Depois de Santana do Parnaíba fui morar na Cruz Preta entre Barueri e Parnaíba. Quando eu tava com meus 17, 18 anos eu estudava e trabalhava, né, numa fábrica de pintura de roupa, eu tinha alergia da tinta, aí saí. Depois fui trabalhar como empregada doméstica, trabalhei em várias casas em Barueri e Santana de Parnaíba.

Minha irmã mais velha, aquela que morava comigo na casa do guarda, já estava morando em São Paulo. Ela trabalhava na TELESP ela falou pra mim ir fazer uma entrevista lá, que eles tavam contratando, eu já tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Aí eu fui e passei, por muita sorte, ela deu uma forcinha, né. Fiquei trabalhando lá nove anos.

Daí eu passei a morar na cidade – morar na cidade, para os moradores da periferia significa morar no centro de São Paulo - com a minha irmã, na Rua Jaguaribe, porque eu trabalhava na Rua 7 de Abril. Aí a gente não pagava a condução, a gente ia a pé trabalhar mesmo, era pertinho. Bom que daí a gente já dava uma passeada, né. Via as vitrines das lojas, olhava a cidade.

A gente morava num quarto, tipo uma pensão, não sei se era um cortiço. Era um quartinho pequeno, tinha muitos outros na casa. Banheiro a gente tinha que usar o que ficava no corredor, não tinha um só pra gente. A gente trabalhava o dia inteiro e depois ia pra casa,

não tinha muita coisa pra fazer, a gente não tinha dinheiro, nem conhecia muita gente pra poder ir passear.

É, era ruim morar o quartinho, porque se você não tá trabalhando, tá preso no quarto, que nem passarinho na gaiola, não tinha muita coisa pra fazer. Também era ruim pra lavar roupa, era um sofrimento, porque a gente tinha um tanque pra todo mundo, então tinha que acordar bem cedinho, lavar tudo e estender as roupas no quarto. Até podia estender num espacinho que tinha lá, mas uma vez sumiu uma camiseta minha, então nunca mais deixei a roupa pra fora.

Eu até sonhava em ter uma casinha minha, mas não sabia como, achava muito difícil, porque é caro, né? Como que eu ia pagar? Meu ordenado era pequeno, não sobrava muita coisa depois de pagar a pensão e eu era econômica, viu. Mas a gente tem que comer também, tem que vestir. Eu queria ter uma casa própria, com certeza. Passei a minha vida tendo que morar na casa dos outros, sempre tinha que mudar de uma casa pra outra. Eu sonhava sim em ter uma casinha minha.

Fiquei sabendo de boca do BNH, minhas amigas do trabalho foram se inscrever e me chamaram. Eu falei: - com que dinheiro? Mas elas falaram que era pouca coisa, era só dar uma entrada depois você vai pagando. Quando eu fui fazer a inscrição tinha duas desistências, aí eu e minha amiga conseguimos nos inscrever. Foi sorte, né? Eu só paguei um valor pequeno e depois não precisei pagar mais nada. Só quando saia a casa no sorteio que a gente começava a pagar.

Aí fiquei sonhando, será que eu ia ser sorteada? Onde que seria a minha casa, também tava com um pouco de medo, né. Essa cidade é muito grande, não sei onde que ia sair, eu já conhecia alguns lugares da cidade, mas parece que tinha vários lugares que tavam construindo as casinhas. A gente não podia escolher onde ia morar, acho que dava pra trocar depois de sorteado, mas escolher, do tipo eu quero morar em tal lugar não dava, não. Também imagina, né, o trabalhão que ia ser se cada um ficasse falando onde queria morar.

1.4 Considerações

O processo de industrialização brasileiro desenvolvido principalmente a partir das políticas do Estado Novo (1930-1945) e intensificados com o Plano de Metas (1956), mobiliza do campo para as áreas urbanas, as populações mais desprovidas de meios de produção da vida. Das análises das trajetórias de migração em direção a cidade de São Paulo, feitas pelas três mulheres observamos processos em comum de mobilidade do trabalho, no qual elas migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

As trajetórias individuais mascaram os processos reais de migração, levando-nos, a princípio, a realizar uma leitura das migrações a partir do simples desejo mudança de vida, de cidade e sobretudo das possibilidades de uma outra vida. Gaudemar discute justamente a ideia de liberdade presente no processo migratório. No seu aspecto positivo a “liberdade” conduz à possibilidade de o trabalhador escolher seu trabalho e onde irá exercê-lo, em contrapartida, em seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital, nas quais o trabalhador pode ser despedido a qualquer altura ou transformar as condições de trabalho que exerce.

Todas as mulheres migraram para a cidade de São Paulo, não por coincidência, mas por haver mais possibilidade de venda de suas forças de trabalho na metrópole. A instalação de estruturas industriais nas cidades tende a atrair a população, a fim de vender sua força de trabalho. Importante destacar que a força de trabalho possui a característica de ser a única mercadoria que se leva ao mercado a fim de ser trocada (GAUDEMAR).

A análise das migrações internas não se restringe apenas à compreensão dos fatores de expulsão e atração de um determinado grupo de indivíduos de uma região a outra do país. Como aponta Singer, elas, assim como qualquer outro fenômeno social de grande significado na história das nações, deve ser compreendido dentro de um processo global de mudanças.

O processo de industrialização ocorrido na América Latina foi um importante propulsor das migrações do campo à cidade. Tal processo é responsável não apenas por mudanças nas técnicas de produção e na diversificação de produtos, mas sobretudo, responsável por uma profunda alteração da divisão social do trabalho.

Singer aponta que a industrialização se apresenta como importante fator de atração para as migrações internas, não apenas para o trabalho nas indústrias, mas também para a variedade de novos serviços que surgem, como na educação, finanças, entre outros. A industrialização separa atividades e produtos que eram realizados pela mesma pessoa

Na sociedade pré-industrial o camponês transporta seus produtos até o mercado onde ele mesmo os vende (geralmente feiras periódicas). Além disso, a educação e os cuidados da saúde são providos por membros da própria comunidade. Com a industrialização, estes serviços passam a ser prestados por estabelecimentos especializados, a partir de uma base urbana. (SINGER, 1977:33)

A transferência dessas atividades do campo à cidade e a exigência, cada vez maior, de especialização na produção dos produtos associada ao aumento das produções, cria, segundo Singer, uma concentração espacial cada vez mais acentuada das atividades. As migrações internas, nesse sentido, podem ser explicadas para o autor, como um mecanismo de redistribuição da população, que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas.

Esse processo de migração não se desenvolve de maneira igualitária no país inteiro, de modo que algumas regiões recebem mais migrantes que outras. Entretanto, quase sempre a escolha do destino, para o migrante, está associada a localização onde já existe um processo de urbanização.

A decisão adotada quase sempre, porém, é escolher a localização onde já é maior a urbanização. Esta decisão é geralmente devida a motivos subjetivos: o tipo de vida que a cidade grande oferece é mais atraente para os que tomam a decisão e que, muitas vezes, terão que morar na proximidade da nova empresa. (SINGER, 1977:37)

Outro fator que contribui para a escolha do local de atração, para o autor, é a presença de amigos ou familiares já instalados que consigam assegurar o sustento do novo morador, oferecendo não apenas sustento, mas também o benefício de sua experiência e quiçá oportunidades de trabalho, processo que podemos observar nas migrações de Dona Didi e Dona Gerusa.

A busca pela casa própria nessa situação, parte da materialidade do que é viver nos cortiços da cidade de São Paulo, pequenos e insalubres. Bonduki parte da análise de que o sonho da casa própria foi inculcado no trabalhador a partir da criação de uma ideologia. Reconhecemos que o Estado possuía, de fato, interesse em manter o trabalhador endividado e, desse modo, acatando as imposições empresariais, discutão que iremos nos aprofundar nos próximos capítulos. Todavia, vale ressaltar o interesse da família e, sobretudo, da mulher em comprar uma casa. Uma vez que nas décadas de 1970, as mulheres ganhavam, majoritariamente menos

que seus maridos ou viviam a partir da renda recebida por eles. Desse modo a casa própria configura com uma garantia na velhice, não apenas para esposa, mas para a família inteira. Veremos mais a frente que alguns filhos construíram casas nos quintais de seus pais, sendo a casa própria fonte de segurança para a família por gerações.

2. A compra e permanência na casa própria

\

A Ilusão do migrante

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.

Os morros, empalidecidos
no entrecerrar-se da tarde,
pareciam me dizer
que não se pode voltar,
porque tudo é consequência
de um certo nascer ali.

Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.

Que carregamos as coisas,
moldura da nossa vida,
rígida cerca de arame,
na mais anônima célula,
e um chão, um riso, uma voz
ressoma incessantemente
em nossas fundas paredes.

Novas coisas, sucedendo-se,
iludem a nossa fome
de primitivo alimento.
As descobertas são máscaras
do mais obscuro real,
essa ferida alastrada
na pele de nossas almas.

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado, enganoso.

Carlos Drummond de Andrade

2.1 Casa própria e vida de bairro

A casa do BNH, por sorte, ou por fé, como diz Dona Nelzi, saiu no mesmo bairro em que o casal já morava. *Ele saiu do serviço e foi lá na cooperativa pra ver onde ia sair a casa, não precisava ir mulher, só o homem. Naquela época saíram muitas casas, na Freguesia do Ó, no Limão, em vários lugares. A gente queria ficar por aqui mesmo, né, era o melhor porque tava perto do trabalho dele. Se fosse pra longe a gente ia ter que arrumar um jeito dele ir trabalhar, carro a gente nunca teve, então ia ter que aprender caminho com condução. Mas a gente rezou bastante e deu certo, nossa casa saiu aqui mesmo, tão perto que era na rua de cima de onde a gente morava.*

Olha, não vai achando que porque as casas era feitas pelo governo que tava tudo pronto pra morar, viu. Na verdade, faltava muita coisa ainda, dentro e fora de casa. Mila, filha de Dona Nelzi relembra como era a infraestrutura quando se mudaram. No início do bairro, quando as casas do BNH ficaram prontas, ainda não havia asfalto e luz elétrica, todas as casas eram iguais, brancas com portões e janelas azuis claras, tinha até gente que entrava na casa dos outros, errado mesmo, era difícil lembrar qual era a sua rua, era tudo igual.

As casas do BNH chegaram sem estrutura completa. *Quem chega hoje no bairro, pensa que é bairro de rico, porque hoje é caro, mas é por causa da City América⁶, os outros bairros que têm aqui não cresceram tão iguais.*

A gente ainda ficou bastante tempo sem energia na rua, não lembro quanto tempo, mas lembro que era uma escuridão. O chão era de terra, então as vezes levantava aquele pó pra tudo de é lado. A gente tinha que levar um sapato pra trocar quando a gente ia sair.

A construção dos laços com as vizinhas, foi fundamental para as melhorias no bairro. Dona Nelzi e sua filha Mila, lembram que a condição da casa delas, por ser de esquina, era ainda mais problemática, pois quando chovia a água se acumulava no canto do muro e o quintal ficava alagado, muitas vezes chegando a água na casa. *A luz só chegou aqui depois de muito abaixo assinado. A gente passava nas casas aqui e ia recolhendo assinaturas. Algumas melhorias no bairro, foram possíveis a partir da relação de aproximação das mulheres, foi das conversas cotidianas que surgiram as manifestações, reivindicando melhoria da infraestrutura do bairro.*

⁶ City América fica ao lado do Parque São Domingos e foi construído pela Cia Light and Power nos anos 1970, a partir do conceito dos bairros jardins. O bairro se constitui em um bolsão residencial com casas de alto padrão.

Aqui não foi fácil, menina, foi bem difícil, a Mila estudava na Lapa de noite, fazia o colegial e trabalhava de dia. Depois que o Nena cresceu, ele saiu pra fazer faculdade, foi bem difícil porque a gente não tinha dinheiro, ele trabalhava o dia todo e depois pegava o trem e ia lá pra Mogi estudar, depois voltava a noite. Você sabe né, que sair daqui pra gente era mais difícil, porque a gente não tem estação aqui perto. Então ele demorava bastante pra chegar. Chegava bem tarde e cansado.

Eu ficava só em casa, cuidando das coisas, das crianças, trabalhando. Depois eu peguei a Simone pra criar, e eu trabalhava, trabalhava, era só eu pra fazer tudo. Olha, eu nunca fui muito de sair pra distrair, viu. O máximo que eu fazia era ir na casa das minhas amigas a tarde, toma um café e conversar um pouco.

As primeiras mulheres que compuseram o bairro, em sua maioria, construíram com as vizinhas uma teia de relacionamento, que se constituiu na esfera do privado. A relação entre as mulheres se fortaleceu, de forma que, hoje, essas senhoras mantêm visitas umas às outras, dividindo o cotidiano da família, contando as aventuras dos netos, os enfrentamentos dos filhos no mundo do trabalho. Esses encontros com as amigas, normalmente à tarde, se constituem como as únicas relações sociais formadas fora do âmbito familiar.

Esse tempo e essa possibilidade de relação social não existem nas gerações seguintes, os filhos dessas mulheres se conhecem, entretanto, são apenas vizinhos que se cumprimentam ao entrar e sair de suas residências, embora muitos tenham brincado juntos na infância não possuem relações estreitas de amizade. A princípio tal mudança geracional de comportamento pode parecer de cunho pessoal, no entanto, as relações sociais construídas a partir década de 1970 não são mais possíveis de serem realizadas na atualidade. A relação de vizinhança que existia entre as primeiras moradoras está se esvaindo, perdendo-se junto com suas memórias.

Ecléa Bosi em sua tese de livre docência, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, faz uma grande discussão sobre o que é ser velho na sociedade industrial. Bosi entende a velhice como uma categoria social, uma vez que cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. O velho na sociedade é deslegitimado, deixado de lado, pois não participa mais da produção, por não fazer nada do ponto de vista produtivo, a classe dominante compreende que eles devem ser tutelados pelos mais novos.

Segundo a autora, a voz, a opinião, os dizeres dos velhos são subjugados, deixados de lado na sociedade, um exemplo disso é a máxima que existe, em que não se discute com o velho. Essa postura nega a oportunidade do desenvolvimento do velho, pois não permite a experiência da contradição, do afrontamento e até mesmo do conflito. Na sociedade capitalista,

em que o homem vende sua força de trabalho, sua principal mercadoria; a idade representa a desvalorização dessa mercadoria, portanto, quanto mais velho uma pessoa fica, menos valorizada ela se torna. A racionalização do pensamento industrial, exige práticas cada vez mais rápidas, movimentos e técnicas cada vez mais atualizados; essas modificações rápidas da sociedade industrial, segundo a autora, acarretam o processo de eliminação assim o velho da indústria.

Compreendemos que podemos analisar a vida de bairro e as mudanças vividas pelas três mulheres entrevistadas, em um processo conjunto de desvalorização que estão passando de suas próprias forças de trabalho, como aponta Bosi e associado ao processo de modificação do bairro em que vivem. Entendemos que seus poucos encontros são destinados a trazer à tona os momentos que já viveram, principalmente no período em que estavam no auge físico de reprodução de suas funções.

Para a autora a sociedade desvaloriza não apenas o operário, mas toda pessoa que trabalha, pois quando se esgota sua força de trabalho, esse sujeito se sente um pária.

A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha. Esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário, mas todo trabalhador: o médico, o professor, o esportista, o ator, o jornalista.
(BOSI. 1994:98)

A partir da análise de Bosi sobre como o velho é dispensado na sociedade industrial, uma vez que não possui mais rapidez e condições biológicas para reproduzir sua força de trabalho. Propormos a reflexão de como o fardo da velhice se torna ainda mais pesado para as mulheres, discussão que podemos analisar a partir da perspectiva da pessoa que não possui uma função de trabalho na sociedade, e não possui mais condições de realizar os serviços domésticos em suas casas. Quão desvalorizadas estão essas mulheres na sociedade e como a dinâmica de mudanças da cidade contribui para torná-las esquecidas?

Tal pergunta complexa talvez não seja respondida, entretanto, pretendemos gerar elementos para repensá-la.

As modificações nas formas de relações na metrópole são vividas diretamente por essas três mulheres. Para compreendermos essas transformações nos dialogaremos com a obra *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*, da professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Ana Fani Alessandri Carlos.

Em seu livro a autora expõe que o processo de produção do espaço na metrópole destrói os referenciais urbanos antigos, buscando sempre a imagem do novo, novas formas urbanas, construindo novas morfologias e revelando uma paisagem em constante transformação. Dessa forma, as antigas práticas urbanas, como a relação de vizinhança são cooptadas, invadidas e paralisadas, em virtude da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço.

A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando, não só o estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos com os objetos que lhe são próximo e o esfacelamento das relações familiares. (CARLOS, 2007:13)

Esse processo de distanciamento das relações postas nas cidades é sentido através da aceleração do tempo no mundo moderno, com rápidas mudanças da vida cotidiana, como o acelerado processo de verticalização da cidade, de áreas onde outrora, era predominante a presença de casas térreas; e a construção de modernas pontes e rodovias para a circulação de mercadorias e pessoas – que também circulam para vender sua força de trabalho.

Odette Seabra em sua tese de livre docência, *Urbanização e Fragmentação – Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*; traz para o debate o bairro como um espaço de representação da vida na metrópole, sendo o lugar em que a população realiza suas práticas familiares, de amor, de festa e religiosas, sendo ele a unidade de vida imediata e de relações. No entanto, a partir dos processos de urbanização da metrópole os acúmulos de vida de bairro vão se tornando cada vez mais raros. De forma que, as gerações se sucedem sem que haja novos papéis no bairro, esvaziando, assim, a vida de bairro, de modo que

os espaços cotidianos, muito mais textura e contexto do que texto, como pretende a semiologia estão submetidos ao movimento geral da sociedade; neles se põem e repõem, continuamente os termos da reprodução de cada uma de suas partes: indivíduos, famílias, lugares. É assim que o todo se modifica e que se pode abordar a espacialidade do bairro pelas práticas sociais ali manifestadas como práticas de espaço, estas que fizeram do bairro um grande teatro da vida: um espaço de representação. (SEABRA, 2003: 19)

O processo de modernização da metrópole, que acontece nos bairros vai diminuindo os espaços de representação e à medida que instituições criam normas e prescrevem formas de uso do espaço – como condomínios – a partir de concepções e de projetos, redefinem as modalidades de uso do espaço criando modalidade de emprego de tempo. Esse movimento, tende para a funcionalização do espaço, visando uma produtividade dos lugares, com o intuito de responder a lógica da reprodução dessa sociedade.

Para Seabra a vida de bairro pôde ser apreciada pela singularidade, pois cada bairro possuía um perfil e um conteúdo cultural, com todas as especificidades a vida de bairro está no substrato mais fundo do processo de urbanização, é nela que é possível visualizar os embates dos processos de transformação. No entanto, ao estudar a vida de bairro e para não cair em um estudo fragmentado é necessário compreendê-lo como totalidade da cidade. Dessa forma, há determinações institucionais comuns aos bairros do município de São Paulo, como a influência das igrejas, processo que se instalou no Brasil desde a colonização e que fez prevalecer a moral cristã na sociedade.

O bairro e a vida de bairro enfrentam um obstáculo a manutenção de sua existência, que é a propriedade territorial, pois como os moradores poderiam reproduzir suas famílias por três ou quatro gerações no mesmo lugar? Assim, o bairro é uma estabilidade provisória, sendo uma conquista no horizonte da família, para essa se reproduzir é necessário colocar seus membros no processo geral de reprodução da sociedade, ou seja, no mundo do trabalho. Dessa forma, para a autora, o bairro é quase uma impossibilidade histórica, caso não fosse a família o suporte de vida do bairro.

Na tentativa de manter as gerações seguintes no mesmo bairro muitos moradores reformaram as casas em que viviam, a maioria aumentou a residência e construíram casas ou edículas no fundo do quintal, para usufruto dos familiares. Comprar uma casa própria se torna casa vez mais difícil, por isso, construir no quintal da família torna-se uma alternativa viável, para economizar o suficiente até o filho/a conseguir comprar uma casa ou terreno para construir. Observamos aqui como a unidade familiar é importante para a reprodução da vida nas áreas mais periféricas.

Com a moradia de Dona Nelzi não foi diferente, a casa se transformou ao longo dos anos, a sala foi aumentada; um quarto e banheiro tomaram o espaço, onde antes, era apenas quintal para estender roupa. A filha mais nova passou a viver nessa construção. Com o passar das décadas a estrutura familiar se transformou, hoje são os netos que vivem com a avó e a tia. Enquanto não conseguem comprar a casa própria, se mantêm nos espaços possíveis da antiga

casa. Tal processo também é observado nas residências de Dona Didi, os fundos da casa deram espaço a construção de um pequeno sobrado, que abriga, hoje, uma de suas filhas e um neto. Dona Gerusa também realizou transformações em sua residência, como veremos mais a frente.

A reprodução social cria exigências que articulam e integram a sociedade e os moradores em suas práticas urbanas, como por exemplo, o trabalho da mulher fora de casa, ao mesmo tempo em que a mulher é conduzida a participar de uma sociedade mais ampla, mais diversa e complexa, seus antigos papéis sociais vão se desfazendo, para Seabra há uma confluência de processos que fragmenta a unidade de vida no bairro.

Esse processo é facilmente observado no bairro, que está passando por um intenso processo de verticalização, vendo muitas casas sendo derrubadas em seu lugar, há a construção de condomínios ou sobrados geminados. Essa transformação é sentida na modificação da vida de bairro; as senhoras estranham as novas relações, superficiais, construídas com os vizinhos.

A entrada precoce no mercado de trabalho também afasta as gerações seguintes da construção de vínculos outrora criados por suas famílias. Entretanto, com entrada dos filhos no mercado de trabalho, surge possibilidade de quitar a casa. *Ficou mais fácil pagar as contas da casa quando a Mila e o Nena começaram a trabalhar. Foi muito bom eles arrumarem emprego porque o Félix se aposentou com 52 anos.*⁷

Eles começaram a trabalhar cedo, com 16 anos já estavam trabalhando e ajudavam em casa, ainda bem. A gente demorou pra conseguir pagar essa casa e precisou do dinheiro de todo mundo pra ajudar. Eu nunca trabalhei fora, mas ajudei a cuidar de muitas crianças aqui da rua. Bom que era um trocadinho que eu ganhava.

Dona Nelzi relata que nunca trabalhou fora, mas cuidar das crianças da rua em sua casa era um trabalho. Tarefas de cuidado são tão naturalizadas como femininas, que mesmo realizando-a para receber dinheiro Dona Nelzi não a compreende como um trabalho. Faremos uma discussão sobre a questão do trabalho doméstico no próximo item desta dissertação.

Dona Didi relata que a possibilidade da compra da casa própria se deu através da junção de muitas rendas dos membros de sua família.

⁷ Seu Félix trabalhava nas caldeiras na indústria Klabin, trabalho tido como insalubre, dessa forma seu tempo de contribuição para a aposentadoria era menor, o que explica sua aposentadoria aos 52 anos.

No sorteio, nossa casa saiu em Pinheiros, no BNH da Vila Madalena, mas como eu tinha muitas filhas, não ia caber no apartamento, então troquei por essa casa aqui, isso lá foi em 1971. A gente pagou dois anos o carnê sem morar, pra pagar a construção, só depois que a gente veio. Bom, depois que a Lúcia fez aquele esquema lá na firma a gente conseguiu financiar a casa, só que pra pagar, era todo mundo que pagava, não era só ela. Era eu, meu marido, ela e mais duas filhas. Quando as menores iam crescendo e começavam a trabalhar, elas pagavam também. Porque as mais velhas foram casando e saindo de casa.

Quando a gente comprou a casa do BNH, não tinha nada aqui, nem asfalto, nem luz, as casas eram todas iguais. Pra sair de casa tinha que levar um sapato na bolsa, porque sujava tudo e quando chegava no trabalho tinha que trocar, relata Dona Didi. Essa fala, assim como outras são comuns nas moradoras, no entanto, entendemos ser necessário mantê-las aqui, pois evidência um processo real e que foi marcante na vida dessas mulheres.

No começo aqui era tudo igual, todas as casinhas eram brancas com janelas azul, as ruas não tinham asfalto era tudo terra. Era tudo igual, a Edna, minha filha, entrou numa casa errada uma vez, não tinha como saber direito qual era a nossa casa e nossa rua. O povo chamava aqui de pombal, porque era um monte casinha amontado tudo igual. Pra gente não se perder tinha que contar, era a terceira rua vindo da Anhanguera⁸.

Amélia Luísa Damiani, em sua tese de doutorado *A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*, aborda que o processo massificação dos conjuntos, que os fazem todos iguais, são ideias que surgem na Europa, no pós-guerra. No entanto, aqui no Brasil, essa funcionalidade é outra. A massificação está associada ao processo de baratear a produção o máximo possível, produzindo a maior unidade de habitações possíveis.

A repetição, a ideia da quadra, a funcionalidade dos espaços, a massificação da produção norteiam a produção desses conjuntos. Estamos, ao lidar com os conjuntos habitacionais, refletindo sobre os limites do processo de vulgarização das concepções desse movimento. Historicamente, se ele ganha plena configuração nas primeiras décadas do século XX, esse processo de vulgarização data, especialmente, da segunda, metade deste século. É um produto, na Europa, da segunda guerra mundial, da destruição das cidades, somada à expansão urbana. Ele se mundializa a partir de mais de um centro de influência. Conversando com um arquiteto brasileiro, a respeito de nossa experiência em conjuntos habitacionais, ele

⁸ A rodovia Anhanguera ou Via Anhanguera (SP – 330), construída em 1940, liga o bairro da Lapa em São Paulo, até o município de Igarapava. Diversas indústrias se instalaram na sua proximidade, como a Klabin, Unilever, Bozanno, Weleda, entre outra. O conjunto BNH – Parque São Domingos está na proximidade da rodovia.

foi incisivo: “nossa experiência está mais próxima da experiência russa, do que da francesa”. Até como metáfora, ele queria acentuar que a experiência brasileira era muito elementar. Na verdade, a arquitetura e o urbanismo modernos chegaram a nós tanto na sua configuração mais elaborada, a exemplo de Brasília, quanto na sua feição rudimentar, através dos conjuntos habitacionais, especialmente, da realização de grandes conjuntos habitacionais. Digo especialmente, porque, através dos grandes conjuntos habitacionais, a experiência arquitetônica e urbanística proposta é vivida de forma mais pura, menos acoplada e misturada a outros momentos da cidade. (DAMIANI, 1993:23)

As habitações do BNH eram padronizadas seguindo dois planos possíveis, no primeiro as casas possuíam um quarto, sala, cozinha e banheiro; no segundo a configuração se mantinha quase a mesma apenas com um quarto a mais.

Era necessário participar dos sorteios para descobrir onde seria a sua casa, não era possível, nos primeiros empreendimentos do BNH, escolher onde iria morar. Dona Gerusa nos relata o dia em que foi sorteada.

No dia que tinha o sorteio, minha irmã pegou [um apartamento] em Pinheiros, eu não quis me inscrever pra pegar lá, porque era mais caro, eu queria no Jabaquara, fiquei esperando outro sorteio. No dia do sorteio do Parque São Domingos, eu não pude ir porque eu tinha que trabalhar, minha irmã foi pra mim e eu fui sorteada. Fiquei tão feliz. Eu passei por aqui e achei bonito, tinha uma fábrica de mortadela perto, fazia feijoada, na Vila Anastácio, tinha um cheiro bom. A vista era bonita, mas era tudo mato, ainda não tinha muitas casinhas, eu conseguia ver do alto um pedaço da cidade.

2.2 Trabalho doméstico

Enquanto Seu Feliciano se comprometia com o trabalho na fábrica, Dona Nelzi se voltava para a realização dos trabalhos domésticos, como limpar a casa, lavar, passar, cozinhar, entre outras atividades, que podem ser agrupadas em funções que demandam cuidado. Tal divisão de tarefas, é comum ao estudarmos as dinâmicas familiares presentes nas sociedades capitalistas, às mulheres, cabe o cuidado com a família e aos homens prover a casa.

Silvia Federici no livro *O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, elabora uma coletânea de vários artigos, produzidos ao longo de sua vida acadêmica sobre a questão do trabalho doméstico, o fio condutor de sua tese é que o trabalho doméstico deveria ser remunerado, uma vez que é a mercadoria mais importante da sociedade

capitalista, pois é a partir dele que a força de trabalho possui condições de chegar ao mercado de trabalho. É o trabalho doméstico que garante a roupa limpa, a casa arrumada, a comida feita. Para além das questões materiais, a autora também pontua a mulher como um suporte psicológico de seus maridos, pois nos momentos em que o homem chega à casa cansado, estressado, humilhado dos acontecimentos da esfera pública, é a mulher quem lhe dará suporte emocional.

Para a autora o trabalho doméstico não é como os outros trabalhos presentes na sociedade capitalista. Ele possui a forma mais sutil de violência perpetuada contra a classe trabalhadora.

É verdade que, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada. O salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando na realidade, o salário, em vez de ser o pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro. Mas, pelo menos, o salário é uma forma de reconhecimento como trabalhador, sendo possível barganhar e lutar em termos e a quantidade desse salário.
(FEDERICI. 40: 2017)

Para Federici, todo trabalhador é explorado na sociedade capitalista, mas ela faz ressalvas sobre a diferença do trabalho doméstico. Esse diferencia-se dos outros uma vez que vem sendo imposto às mulheres e transformado em um atributo natural da personalidade e da psique feminina. Dessa forma, o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural sem ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.

A não remuneração do trabalho doméstico para a autora se constitui como a forma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele. Para compreender que o trabalho doméstico não é natural e sim imposto às mulheres, Federici afirma que *não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel.*

O papel que a mulher cumpre dentro de casa, se torna tão necessário a reprodução do capital, pois a combinação de serviços físicos e emocionais envolve a mulher nas funções domésticas tornando-a invisível. O trabalho doméstico se torna tão importante a reprodução do capital que *não é por acaso que a maioria dos homens começa a pensar em se casar tão logo encontra o primeiro emprego*, segundo a autora isso não ocorre apenas porque agora os homens podem pagar por isso, mas também porque ter alguém em casa que lhe proporcione cuidado é

a única condição de não enlouquecer depois de passar o dia numa fábrica ou numa mesa de escritório.

Nesse sentido, Federici propõe a reflexão de que a subserviência da mulher se torna ainda mais severa quanto mais empobrecida for a família, ou seja, quanto mais violência o homem sofre do capital, “do lado de fora de casa”, seja por empregos precários, baixa renda, pouco acesso à educação, maior é a probabilidade de as relações domésticas serem permeadas por violência. Esse recorte de classe da violência doméstica pode ser observado a partir da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Visível e invisível: a vitimização da mulher no Brasil*.

A pesquisa aponta que conforme aumenta a renda mensal familiar a prevalência da violência doméstica diminui – proporção que não extingue a vulnerabilidade de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho – na realidade evidência que todas as mulheres estão sujeitas a sofrerem violência doméstica. Entretanto, ao observar os dados de famílias com renda mensal até dois salários-mínimos o número de mulheres que sofreram algum tipo de violência é de 31,2%, número que diminui conforme a renda familiar aumenta para até cinco salários-mínimos, chegando a 28,4%. Entre as famílias com rendas de até dez salários, a violência cai para 22,6%. Vale ressaltar que as agressões físicas, 13,8% e espancamentos 7,7% são muito mais frequentes nas mulheres com renda familiar até 2 salários-mínimos.

A importância da luta pelo trabalho doméstico, para a autora, reside no ponto que ao reivindicar um pagamento por tais tarefas realizadas, questiona-se o papel imposto às mulheres na sociedade capitalista.

Deve ficar claro, no entanto, que quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalistas, porque nós nunca estivemos fora delas. Nós lutamos para destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres, que é um momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia. Salários para trabalho doméstico são, então, uma demanda revolucionária, não porque destroem por si só o capitalismo, mas porque forçam o capital a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis para nós e, consequentemente, mais favoráveis à unidade de classe. Na verdade, exigir salários para o trabalho doméstico não significa dizer que, se formos pagas, seguiremos realizando esse trabalho. Significa exatamente o contrário. Dizer que queremos salários pelo trabalho doméstico é o primeiro passo para recusá-lo, porque a demanda por um salário faz nosso trabalho visível. Essa visibilidade é a condição mais indispensável para começar a lutar contra essa situação, tanto em seu aspecto imediato como trabalho doméstico quanto em seu caráter mais traiçoeiro como próprio da feminilidade.
(FEDERICI. 44:376)

Não propormos aqui a discussão acerca da viabilidade econômica ou se de fato o pagamento do trabalho doméstico contém a possibilidade de tornar revolucionário o modo vivemos, produzimos e nos relacionamos. Nossa leitura da obra de Federici se propõe a compreender como o trabalho feminino foi constituído dentro da sociedade capitalista como algo natural das mulheres, sendo que na verdade, ele é uma construção social, que possui um papel importante na reprodução do sistema capitalista.

Eu nunca trabalhei fora, de onde eu vim ninguém fazia isso, as mulheres ficavam em casa. E tem outra coisa, menina, tinha muita coisa pra fazer em casa, se eu saísse pra trabalhar fora quem ia fazer o serviço de casa? A gente ia ter que pagar uma empregada, não ia ter como. Eu tinha que ficar em casa mesmo. Era mais fácil assim: eu ficava em casa e o Félix ficava fora trabalhando.

Sobre a normalidade das funções de cuidado, instituídas às mulheres na sociedade capitalista, a escritora Roswitha elabora uma discussão sobre os trabalhos socialmente construídos entre masculino e feminino, para a autora o trabalho abstrato, aquele que é definido como gasto fisiológico e mental de energia humana, é constituído dentro de um nexos masculino. Dessa forma, a constituição da sociabilidade contemporânea é feita a partir da centralidade do homem, sendo para as mulheres delegadas tarefas domésticas, que exigem delicadeza, como a costura e o cuidado com a casa.

No entanto, não significa dizer que esse trabalho feminino do cuidado com os outros, da educação, da saúde e limpeza é imposto a base de violência física, pois permeia a sociedade de modo que, com frequência, existam mulheres que se levantem para reivindicar esse papel na sociedade *“Estudos feministas revelam que, historicamente, as mulheres, não raro, se ergueram em defesa de seu papel tradicional, oferecendo resistência e exigindo seus direitos a partir dele”* (Scholz, 2017).

Para que o homem, no âmbito do espaço público, consiga se reproduzir, ou seja, vender sua força de trabalho, é necessário a mulher dentro de casa, no âmbito privado, cumprindo as tarefas domésticas. A partir do cotidiano, da realização de tarefas domésticas, como levar os filhos à escola, que se criam os laços com as vizinhas, que em sua maioria também ficavam em casa, enquanto o marido estava trabalhando fora.

Na modernidade patriarcal são delegadas na mulher, ou seja, são lhe atribuídas e projetadas nela, não só determinadas atividades, mas também sentimentos e qualidades

(sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.). O sujeito masculino do iluminismo, que se apresenta como socialmente determinante para a força de se impor (na concorrência), para ao intelecto (relativamente às formas de reflexão capitalista), para a força de carácter (na adaptação aos desaforos capitalistas), entre outras, [...] está ele próprio essencialmente estruturado sobre esta 'dissociação'. (SCHOLZ, 2000:5)

A divisão de tarefas está institucionalizada na sociedade, aparentando ser uma decisão dos indivíduos, quando, na realidade, faz parte do processo de internalização de normas sociais.

Tal “acordo” social não resulta em dizer que esse processo é resultado necessariamente de violência física, mas que já está no interior da sociedade ao falar de dominação masculina, não queremos dizer obviamente que o homem se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer a sua vontade. No sentido aventado aqui, o domínio baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade. (SCHOLZ, 2000:6)

O trabalho doméstico, aquele que não tem folga, fica na incumbência da mulher que é a responsável para que toda a família consiga reproduzir suas funções na esfera pública. Segundo Dona Nelzi, muitas mulheres do bairro dedicavam seu tempo integralmente à casa e à família. Tal configuração doméstica possibilitou o estreitamento das relações entre as vizinhas.

O trabalho feminino, enquanto fator secundário na composição da renda familiar, também foi observado, quando observamos mais de perto a trajetória das mulheres entrevistadas, no mundo do trabalho. Dona Gerusa ao rememorar o sorteio de sua casa, as reformas feitas, o casamento e o nascimento das filhas, traz à tona as modificações ocorridas em sua vida profissional.

Depois que fui sorteada, ainda fiquei morando na rua Jaguaribe, numa pensão. Tive que arranjar um pedreiro pra arrumar a casa, porque na casa não tinha nada, era tudo no cimento ainda. Eu trabalhava na TELESP, mas só esse dinheiro não dava conta de tudo. Então eu também fazia faxina na Avenida Angélica pra poder pagar a reforma. A minha casa era do plano 1, um quarto, sala, cozinha e banheiro. Eu passava cascolac na casa e tinha tanta pulga na casa, tinha muito mato em volta, então aparecia muito bicho.

A primeira vez que eu vim visitar a minha casa tinha vindo sozinha e achei que a minha casa era a da Nelzi, fiquei encantada, porque a casa era maior, a dela era plano 2. Mas aí a Dona Renata, que já tava morando aqui e sabia de quem era cada casa, mostrou a minha casa.

A minha era número 25, era do plano 1, só tinha um quarto. Fiquei triste na hora, porque a minha era bem menor, só tinha um quarto e os cômodos eram menores também.

Depois que eu coloquei o piso e já dava pra morar, sai da pensão e vim cá prá. Tava muito puxado pagar a pensão e arrumar a casa. Dei um jeitinho no que era mais urgente, depois fui arrumando as outras coisinhas.

É ficou bem mais longe pra mim ir trabalhar, porque eu fiquei trabalhando na cidade. E aqui era ruim de ônibus, ainda é, né. Mas era pior, porque eu tinha que descer lá na Anhanguera e pegar o ônibus. Eu tinha medo, porque tinha muito mato e dava pra ter homem escondido lá. Tinha até umas histórias da mulher que tinha desaparecido.

Mas num tinha jeito, então eu vim e fiquei morando sozinha, mas nessa época eu namorava meu marido, mas não contei pra ele que eu tinha comprado uma casa. A gente namorava, ele falava de casar, não falei nada pra ele que eu já tinha uma casa. Depois de bastante tempo eu contei pra ele que tinha comprado uma casa.

Ele veio conhecer e a gente foi morar junto e eu fiquei grávida da minha primeira filha. Fiquei preocupada em como ia cuidar da minha filha, mas Deus foi tão bom pra mim, a TELESP tava fazendo um reajuste lá, aí me chamaram, descobriram que eu tava grávida. Perguntaram se eu queria continuar trabalhando ou se queria ser mandada embora e ia receber todos os meus direitos. Aí eu falei com meu marido, ele falou então 'fala que você quer sair', aí falei e eles pagaram tudo direitinho.

Naquela época era 9000 cruzeiros, era muito dinheiro. Aí que deu pra arrumar a casa. Aí não trabalhei mais fora, fiquei só cuidando das meninas, tive quatro filhas, mas a segunda morreu algumas horas depois do parto. Quando minha última filha nasceu, eu já tinha 38 anos, me aconselharam operar, porque era perigoso ter filhos nessa idade.

O que Dona Gerusa compreendeu como um sinal de sorte, ao ser mandada embora, grávida, com todos os direitos pagos, demonstra a questão do desemprego dos anos 1970, fruto da reestruturação produtiva, e vela a marginalização do trabalho feminino

A marginalização da força de trabalho feminina, muitas vezes explicada quase exclusivamente em função de preconceitos e remanescentes de uma “sociedade tradicional” e do pequeno grau de desenvolvimento econômico, apresenta-se como decorrência da plena constituição das relações capitalistas de produção. (SAFFIOTI, 2013:342)

A autora aponta que embora no Brasil não tenha se verificado a empregabilidade da mão de obra feminina tanto quanto a mão de obra masculina, aquela sempre permitiu a apropriação do maior quantum de mais-valia, dada a discrepância entre os salários femininos e masculinos.

Para ilustrar nossa discussão observaremos a tabela que rendimento mensal entre homens e mulheres na década de 1960 no Brasil.

Tabela 1: Rendimento médio mensal, por sexo e atividade, em 1960 - Brasil

Rendimento médio mensal em cruzeiros	Atividades secundárias	
	% homens	% mulheres
Até 2.100	6,3	29,1
De 2.101 a 3.300	9	12,7
De 3.301 a 4.500	11,2	8,9
De 4.501 a 6.000	4,7	21,1
De 6.001 a 10.000	29,4	17,8
De 10.001 a 20.000	13,1	2,6
A partir de 20.001	4,4	0,1
Sem rendimentos	0,5	5,6
Sem declaração	1,4	2,1
Total	100	100

Fonte: Saffioti, 2013, adaptada

A compreensão do trabalho feminino como um trabalho secundário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A qualificação adquirida da mão de obra feminina é compreendida como traço de personalidade e qualidade, como as mãos leves para a costura, Scholz, 2017, aponta que “Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher dimensão sensível, emotividade”.

Para Saffioti, o processo de industrialização do Brasil trouxe consigo grande quantidade de migrantes para as áreas urbanas, aumentando assim o excedente de mão de obra e, portanto, o exército industrial de reserva. A grande oferta de mão de obra excedia até nos momentos de maior absorção de trabalhadores pela indústria brasileira era sentida mais pelas mulheres, uma

vez que, nos momentos de cortes, as mulheres configuravam o maior número de trabalhadores desligados.

Nessas condições, de excesso de mão de obra, não cabia a defesa do emprego da mão de obra feminina. Para Saffioti a força de trabalho feminina é encarada como força secundária a ser utilizada em caso de dificuldade da família ou em caso de necessidade da nação. Tal força de trabalho, por assim dizer, circula entre a esfera pública e privada a partir da necessidade do homem do capital, como demonstra Dona Gerusa ao relatar, *meu marido trabalhava na Mapfre, indústria de parafuso, na Vila Leopoldina, ele não ganhava muito, mas era o dobro que eu, então dava pra eu ficar em casa enquanto ele trabalhava.*

O que Dona Gerusa passou, ao ser demitida, quando a TELESP optou por mandar embora as mulheres grávidas com todos os direitos pagos foi a diminuição do capital, tornando excessiva a força de trabalho explorável (Marx, 1996: 252), porém o que se revela na prática é que nos momentos de necessidade de demissão de parte da classe trabalhadora, a primeira opção para o capital, personificado nas empresas e dentro da lógica vigente da sociedade, são as mulheres.

A ausência da figura masculina na composição da renda familiar na década de 1970, é sentida de maneira muito mais intensa, que a ausência da renda feminina, como podemos observar, a partir do relato de Dona Didi.

Dona Didi passou por um processo diferente de suas companheiras de bairro, pois em meados dos anos 1970 separou-se de seu marido. A presença de suas filhas na composição da renda familiar, mesmo após saírem de casa, foi o que possibilitou a permanência na casa até, por fim, conseguir quitá-la.

Aqui, eu mandei meu marido embora e fiquei morando com as minhas 6 filhas. Demorou pra mim conseguir fazer isso, tive que tomar muita coragem, as meninas me ajudaram também a decidir isso. Um dia ele chegou, depois de ficar sumido, e eu tinha feito as malas dele e colocado pra fora. Aí eu me divorcei.

Fiquei trabalhando de faxina, depois vendia salgado, porque eu já sabia fazer, da época que eu tinha padaria no interior, depois passei no concurso da prefeitura e fui trabalhar na creche cuidando das crianças. As meninas me ajudavam também, mesmo depois de ter casado.

Podemos observar que a ausência da renda masculina, do marido de Dona Didi, causou um impacto financeiro muito maior para a manutenção da casa.

As minhas filhas já trabalhavam depois que o Zébio foi embora. Logo depois elas começaram a casar. Primeiro foi a mais velha e aí foi indo. Só fiquei com uma filha morando aqui mais meu neto. Depois outra filha construiu o sobradinho lá nos fundos.

Então sempre tinha alguém aqui, aí a gente foi pagando a casa. Quando faltava uns anos pra terminar de pagar a casa, eles deram um desconto e eu fui lá e quitei tudo. Demorou 23 anos pra terminar de pagar a casa. Não era fácil terminar de pagar a casa. Vi muita gente que mudou prá cá, junto comigo, ter que vender a casa e ir embora, porque a pessoa não conseguia pagar.

A renda do marido de dona Didi era muito importante na composição da renda familiar, mesmo sendo uma família muito grande e composta pela somatória de várias rendas, podemos observar que a figura masculina obtinha rendimentos maiores que a renda de Dona Didi.

2.3 Sobreviver as modificações do bairro

Outro processo vivido pelos habitantes do bairro é o aumento dos preços dos produtos e do solo urbano.

Tá ficando caro morar aqui, pra você ver, a Débora, filha da Dona Renata não conseguiu ficar aqui, teve que vender a casa e comprou um apartamentinho lá em Taipas, pra morar com o filho. A casa dela já tava bem velha também, eles não conseguiram arrumar. Eu também só consegui arrumar aqui porque tinha muita gente pra ajudar, as minhas filhas depois que saíram de casa continuaram ajudando, os maridos delas também, se não fosse isso a casa aqui tava caindo.

Outra que não conseguiu foi a Iara, depois que o marido dela morreu a casa foi só se acabando. Coitada, fiquei com dó dela, ficou só ela e os dois meninos pra criar, eles até acabaram mexendo com coisa errada, o mais novo foi preso, saiu um tempo desses. Ela também teve que acabar vendendo a casa e foi lá pros lados de Taipas. Construíram muito apartamento barato lá, acho que é do governo também⁹. Mas não é a mesma coisa que aqui. Lá é apartamento né, já sabe, é pequeno, os vizinhos escutam tudo e tem outra coisa. Lá (em Taipas) tá muito feio ainda, igual aqui quando a gente se mudou. Não tem nada, imagina agora ter que passar por tudo isso de novo.

⁹ A referida construção pode ser financiada através do Programa Minha Casa, Minha Vida.

É possível observar hoje, que o bairro abre espaço para outras formas de habitação, onde predominava casas térreas e praças, observa-se o crescimento de prédios e condomínios residenciais. Associado a isso, temos o aumento do valor do solo urbano. Esse processo de valorização expulsa antigos moradores que não conseguem se manter no bairro. O uso do solo urbano se torna uma mercadoria, submetido ao valor de troca, conforme aponta Carlos, a cidade inteira esta resignada ao valor de troca.

Na realidade, atualmente a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como conseqüência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação devem realizar-se nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que delimita o acesso dos cidadãos à moradia (definido e submetido ao mercado fundiário), ao mesmo tempo em que determina e orienta outras formas de uso (o momento definido enquanto lazer, por exemplo, desvela o fato de que estes acessos se realizam através do consumo do espaço através do mercado). (CARLOS, 2007:93)

Tal processo, de aumento do solo urbano, afasta os moradores do próprio bairro, uma vez que deixam de conhecer seus novos vizinhos, não criam mais laços. Dessa forma, a casa se torna a única unidade que o morador vive. Todavia, a casa não pode ser considerada a única forma necessária para a vida.

Mas é preciso considerar que o espaço da habitação não pode se restringir ao plano da casa, pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. A partir da sua casa e para manutenção de sua via, o cidadão usa outros lugares que a complementam, como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer. Esses usos se realizam num tempo determinado enquanto momentos da vida cotidiana e é neste sentido que se ilumina uma articulação indissociável entre espaço-tempo, na medida em que o uso do espaço urbano se realiza enquanto emprego de tempo e, portanto, a realização dos momentos da vida enquanto uso do espaço. Assim, a prática sócio-espacial, no plano do vivido, aparece como modo de apropriação dos lugares da cidade, onde se estabelecem os vários momentos da vida cotidiana para além da casa. Mas a apropriação dos lugares da cidade, para a realização concreta da vida, se orienta e se transforma em função das estratégias da reprodução social no espaço a partir da habitação. (CARLOS, 2007:93)

O solo urbano, enquanto mercadoria, e o conseqüente processo de construção de condomínios afasta o morador da prática cotidiana, de viver o bairro, andar pelas ruas, conhecer através do seu corpo os espaços. Nesse contexto, o espaço se reproduz enquanto uma

mercadoria que delimita os espaços passíveis de apropriação, tal processo revela a fragmentação da metrópole e vai em direção a prática da segregação socioespacial.

Alguns ex-moradores do bairro se mudaram por não conseguir manter suas famílias, devido ao aumento do solo urbano. Um efeito vivido por eles é o de não criar laços de familiaridade com os moradores dos bairros para onde se mudaram. É comum, principalmente, às mulheres mais velhas receberem visitas de suas amigas. O laço de companheirismo que elas criaram, muitas vezes reproduzindo a lógica de suas vidas em cidade no interior, está sendo cada vez mais difícil manter na metrópole.

Às vezes, as vizinhas que mudaram vêm aqui ver a gente, elas não gostam de onde estão, não conseguem fazer amizade. Nem conhecem as vizinhas delas. Aqui não, eu sempre tenho alguém pra conversar, vou na casa da Lourdes, ela me dá fruta, que o filho dela traz do trabalho. As que foram pros prédios não tem nada disso. Minha sorte que me aposentei e não preciso mais pagar IPTU, porque ele ficou muito caro aqui. A gente não tem nada no bairro, mas ele tá caro, as ruas tão cheia de buraco, o preço da comida é um absurdo, até a feira é cara. Sabe por que, né? É por causa da City América. Tudo ficou caro aqui por causa deles, agora tem gente que tem que ir embora porque não consegue pagar. Isso não tá certo.

Os moradores atribuem exclusivamente a construção do City América ao processo de encarecimento do bairro, entretanto, tal visão deixa de considerar a metrópole como um todo, em que o processo de segregação socioespacial se intensifica e o uso do solo urbano se tornou uma mercadoria.

Em relação as mudanças realizadas nas residências a casa de Dona Didi, não foge as transformações que foram feitas pela maioria dos vizinhos de sua rua. Ao fundo de sua casa foi construída um sobradinho, uma pequena sala, banheiro e cozinha na parte de baixo, dois quartos e banheiros na parte de cima. O sobrado construído para abrigar uma filha viúva e seus dois filhos foi reformado ao longo dos anos e hoje, abriga outra filha de Dona Didi. A casa principal, que em sua configuração original, contava com dois quartos, sala, cozinha e banheiro foi alterada. Parte da sala cedeu espaço a uma copa, para que assim a família inteira pudesse comer na cozinha.

As mudanças físicas realizadas no imóvel, tem o intuito de receber membros da família quando necessário. Durante as conversas Dona Didi contou que muitos netos já viveram em sua casa, em momentos de necessidade, assim como dois netos, dos seus dezoito ainda vivem com ela.

2.4 Considerações

A compra da casa própria não significa, de imediato segurança às famílias, uma vez que após a compra, ainda é necessário cumprir com um financiamento de aproximadamente trinta anos. Entretanto, é inegável que a aquisição da casa própria traz alívio a seus moradores. A certeza de comprometimento com uma dívida tão longa, traz consigo o desespero de viver o mundo do trabalho.

Para às mulheres a situação é vivida ainda de maneira mais precarizada, uma vez que a elas cabe na sociedade, os trabalhos com as menores remunerações, quase sempre associados a esfera do cuidado, (Scholz, 1992), que exigem delicadeza e atenção, como o caso de Dona Gerusa e Dona Didi. Como podemos relembrar a primeira foi telefonista e segunda trabalhou com faxina, com produção de salgados e por último em uma creche municipal, cuidando de crianças, ambas tarefas já realizadas no lar.

Às mulheres mais velhas, resta muitas vezes, as lembranças do que foram em suas épocas de maior força de trabalho. Dar voz às mulheres idosas, que são cada vez mais apagadas da sociedade, é importante, uma vez que o corpo idoso é desvalorizado, por não possuir mais força de trabalho (Bosi, 1997). A memória possui uma função social, pois quando a sociedade empurra os mais velhos para a margem, lembrar de outra época é um alento. *O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostra sua competência.*

Entendemos que as mulheres são empurradas mais cedo que os homens para as margens, processo associado às modificações vividas na metrópole. O processo observado na metrópole de aumento do uso do solo urbano, associado as transformações ocorridas na metrópole, como as construções de prédios, condomínios, saída de moradores antigos em busca de áreas mais baratas, corroboram que cada vez menos haja a possibilidade da manutenção da vida de bairro. Compreendemos que a vida de bairro existe e não existe ao mesmo tempo, sendo ela uma forma de relação de que está se desfazendo e permanece hoje, nas gerações mais velhas, entretanto, está se esvaindo.

3. Habitação popular e a política estatal

A busca da casa própria, principalmente para as famílias de baixa renda, torna-se um sonho muitas vezes inalcançável. A moradia é um item básico e necessário a reprodução da vida, um direito humano, reconhecido internacionalmente desde 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, na sociedade capitalista, torna-se uma mercadoria de difícil acesso.

Para compreender o histórico da habitação popular da sociedade brasileira, faremos uma análise das políticas públicas voltadas para esse setor, iniciando na Primeira República, passando pelo governo Vargas e encerrando nossas análises na ditadura militar, quando foi criado o Banco Nacional de Habitação.

Nessa discussão, dialogaremos com as obras *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna a Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*, do arquiteto, urbanista e professor Nabil Bonduki. O autor realiza uma releitura das políticas de habitação popular no Brasil, passando da forma cortiço às vilas industriais até chegar no empreendimento do Banco Nacional de Habitação, BNH.

Para discutirmos o processo de formação e funcionamento do BNH, dialogaremos com a tese de doutorado de Orlando Cariello Filho, *As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores*. Filho traça um histórico dos programas de habitação popular criados desde a Primeira República passando pelo Estado Novo, Ditadura Militar e finalizando sua análise ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A maior parte de seu trabalho se dedica a compreender os processos políticos da criação e desenvolvimento do BNH. Durante a Ditadura Militar, o autor aponta que a questão da moradia no Brasil passa a ocupar um papel central na política do Estado brasileiro, não como forma de bem-estar ao povo, mas como um elemento fundamental da estratégia de dominação e de acumulação do capital monopolista e do imperialismo.

3.1 Primeira República: a incipiente política habitacional

A política habitacional brasileira possui uma história recente, se comparada com os mais de 500 anos de exploração pelos quais o país passou. Realizando um recorte do Brasil a partir da Primeira República (1889-1930), em relação as políticas habitacionais, observa-se que as obras urbanas, à época, se limitavam a ações de aparelhamento nas grandes cidades comerciais

e à realização de obras de cunho higienista e de saneamento (Filho, 2011). Foi a partir do avanço de instalações fabris, nas maiores cidades do país, que se iniciou a formação de uma rede urbana que visava atender as necessidades das fábricas no que tange o acesso de mercadorias, quanto a circulação de operários.

A questão da moradia não era tida como uma obrigação do Estado, sendo deixada exclusivamente como responsabilidade dos próprios trabalhadores urbanos. As alternativas para moradias mais comuns eram - como as que ainda hoje encontradas nas áreas mais periféricas da cidade de São Paulo e de outros centros urbanos - aluguel de um cômodo em cortiço e/ou aluguel de pequenas habitações em negociação direto com proprietário.

O crescimento das cidades brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, corroborado a chegada de muitos imigrantes – que vieram em busca de possibilidades de vender sua força de trabalho – fez com que a valorização imobiliária se acentuasse, de forma que, construir moradias nas áreas urbanas, se tornou uma opção de investimento. A América Latina passava por um período em que recebia muitos imigrantes, muitos desses chegando à cidade de São Paulo¹⁰, que presenciou um salto populacional em pouco mais de três décadas. Esse incremento populacional gerou uma intensa valorização imobiliária e fez com que as diversas chácaras da cidade passassem pelo processo de loteamento e divisão por glebas. Bonduki aponta como nesse período o papel da iniciativa privada na produção habitacional era intenso.

É neste contexto que se inseria a intensa produção habitacional realizada pela iniciativa privada para locação. Em São Paulo, em 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus proprietários, predominando largamente o aluguel como forma básica de acesso a moradia. Considerando-se que boa parte dos prédios ocupados pelos trabalhadores de baixa renda eram cortiços e, portanto, ocupados por mais de uma família, conclui-se que quase 90% da população da cidade, incluindo quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média, era inquilina, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para aquisição da casa própria. (BONDUKI, 1998:713)

A maior parte dos moradores das cidades vivia de aluguel, as negociações dos preços a serem pagos pela moradia mantinham-se à livre negociação entre o locador e inquilino, não havendo intervenção do Estado. Quem regulava em partes a questão dos aluguéis era o Código

¹⁰ Dos 22% dos imigrantes transatlânticos, cerca de 11 milhões, desembarcam na América Latina, sendo 38% italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Desse contingente, 33% dirigiram-se ao Brasil. Apenas entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram no Brasil. (SCHWARZ)

Civil, que estabelecia o império absoluto das propriedades, não estabelecendo qualquer regra de fixação dos valores, que eram estabelecidos em contratos particulares.¹¹

Para Bonduki, a ausência do Estado na regulamentação dos aluguéis entre proprietários e inquilinos criou um distanciamento na visão do proletariado urbano do papel do Estado na moradia. Dessa forma, o Estado não assumia a função de provedor de moradia e a sociedade também não lhe atribuía essa função, pelo contrário, o Estado incentivava o setor privado a produzir moradias. Essa lógica liberal da República Velha, segundo Bonduki, é o que fundamenta a construção de vilas operárias pelas indústrias. Inclusive, as vilas operárias foram importantes no processo de construções de moradias no Brasil, pois foram os primeiros empreendimentos de grande porte construídos no país.

A presença da força de trabalho livre no país, associada a necessidade de as empresas fixarem os trabalhadores próximo as fábricas, foram os motivos que levaram a construção das vilas operárias. Desse modo, as empresas conseguiam controlar todo o tempo do trabalhador e coibir manifestações, como a greves. Outro ponto importante na construção das vilas operárias, é que era uma maneira do Estado não intervir nas políticas de moradia e uma maneira de retirar as populações dos cortiços, garantindo moradias mais adequadas, o que abafava, em partes, as manifestações dos operários.

O final da República Velha traz consigo o início da mudança do eixo econômico do setor agroexportador para o urbano-industrial, de modo que a população urbana aumenta de maneira significativa, impelindo assim o novo Estado a criar políticas habitacionais.

3.2 Era Vargas: a construção do sonho da casa própria

A revolução de 1930 pôs fim a hegemonia da burguesia cafeeira e abriu espaço para intervenção da burguesia industrial. A implementação da política de substituição de importação

¹¹ Apenas num curto período, entre 1921 e 1927, houve uma pouco eficaz lei do inquilinato, que congelou os aluguéis, como uma resposta à crise de moradia e elevação exagerada dos valores locativos gerada pela conjuntura da guerra, quando o nível de construção caiu a quase zero. Este congelamento de aluguéis foi inútil, no entanto, posto que a lei não restringia os despejos, que se tornaram o expediente que permitiu aos locadores escapar da regulamentação e recompor os valores dos aluguéis defasados. (Bonduki, p. 714)

e o início do processo de modernização da agricultura, colocaram o Brasil em um novo momento do sistema capitalista.

A transformação política ocorrida com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo converteu o Estado em “indutor” do processo de urbanização, que foi fortemente acelerado, consolidou o papel de São Paulo como pólo dinâmico da industrialização, desenvolveu o mercado interno. A habitação popular tornou-se assunto de Estado. (FILHO, 2013:74)

A intervenção estatal no setor da habitação popular se fazia necessário, uma vez que, o crescimento das cidades e, por conseguinte, de sua população eram o incremento necessário para o projeto de urbanização e industrialização se consolidarem. Prover moradias populares possuía um duplo benefício para o Estado e para o capital industrial, pois além de contribuir para o barateamento do custo da reprodução da força de trabalho, uma vez que mantém os salários o mais baixo possível, também se destaca entre a população como governo de massas.

Concomitante a uma política de repressão e controle dos movimentos de trabalhadores, Vargas criou o primeiro programa de produção de moradia em grande escala, a partir dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, os IAPs. Em 1937 foi autorizado aos IAPs criar carteiras prediais e a financiar a aquisição e locação de moradias e seus associados, com taxas anuais de 6% e prazo de pagamento de 25 anos. A política de intervenção governamental de Vargas na habitação se intensificou em 1942 com a Lei do Inquilinato, até aquele momento, os contratos de habitação eram regidos pelo Código Civil, que privilegiava o direito absoluto à propriedade na relação entre os locadores e os locatários, ou seja, o locador tinha direito absoluto em alterar o preço do aluguel e despejar o locatário sem justificativa, prática conhecida como denúncia vazia. Com a Lei do Inquilinato houve relativa restrição ao direito de propriedade e algumas regulamentações foram criadas, burocratizando o processo de despejo dos locatários.

Em contrapartida, a implementação da Lei do Inquilinato retirou da elite o interesse em construir moradias para o aluguel, uma vez que, agora havia minimamente uma maneira dos locatários não ficarem a mercê dos proprietários. Iniciou-se uma crise de moradia, pois os investimentos que antes iriam para esse setor, passaram a ser investidos em áreas mais vantajosas, como o setor industrial. Associado a isso, com a finalização dos contratos de aluguel, os locatários eram despejados e começou um processo de demolição dos prédios residenciais presentes nos centros das grandes cidades. Como exemplo, temos as obras de

renovação urbanas criadas pelos prefeitos do Estado Novo, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, viram suas áreas centrais abrirem espaço para a construção de grandes avenidas.

A falta de vantagem na construção de moradias pelos investidores, fez com que o trabalhador se visse obrigado a viabilizar suas moradias, construindo-as em loteamentos periféricos regularizados ou irregulares.

A criação dos IAPs fez com que a difusão da casa própria no Brasil tenha se iniciado no governo Vargas, para Bonduki a criação das moradias estava associada ao modelo político autoritário e o projeto de revolução de 1930. Havia duas visões diferenciadas no debate sobre a questão de moradia, uma envolvendo o poder público e outra as representações empresariais.

A primeira entendendo a habitação como condição básica da reprodução da força de trabalho; a segunda considerava a habitação como um elemento da formação ideológica, política e moral do trabalhador, podendo comparar a ideologia nazifascista em ascensão na Europa.

As estruturas traçadas por Vargas e complementadas por Dutra, com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), permaneceram como política habitacional até 1964 e não foram um caminho de chegada a casa própria a maioria dos trabalhadores, na prática essa política mais atendeu aos interesses da burguesia industrial e impulsionou a indústria da construção civil favorecendo

a transferência para a indústria dos investimentos (de vulto) que proprietários urbanos faziam na produção de casas para aluguel e ajudou a criar condições objetivas para o barateamento da força de trabalho. Ao mesmo tempo, constituiu um elemento importante da estratégia de poder do capital, da ampliação da base política (e ideológica) do regime, ao trazer para o Estado a responsabilidade do provimento de habitações, ao comprometer os próprios trabalhadores e seus recursos com esse esforço, e ao começar a plantar a ideia da casa própria entre as massas populares. (FILHO, 2013:84)

Embora o governo Vargas possuísse uma política habitacional, ela ainda não era nacionalmente estruturada, uma vez que não havia articulação entre os governos locais, ministérios e um plano estratégico de construção das moradias, que conseguisse chegar em todas as regiões do país, tais medidas ainda se mantinham mais evidentes nos grandes centros urbanos, reconhecidos por possuir as maiores estruturas industriais do país, que por sua vez, foram aproveitadas da infraestrutura criada durante a política cafeeira.

3.3 O Golpe de Estado de 1964: o setor privado na política pública

Após a deposição de João Goulart, através do golpe e com a implementação do regime militar, o recém presidente do Brasil, marechal Castello Branco, sancionou a lei nº 4.380, criando o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os planos de governo eram grandes no setor habitacional, a meta era produzir oito milhões de moradias, que seriam financiadas pelas camadas populares, segundo o Plano Nacional da Habitação (PNH).

Para a concretização dessa política, o governo elegeu o problema de habitação como a questão social mais importante do país e estabeleceu a casa própria, financiada a longo prazo (30 anos), como a solução dessa situação. Para concretização desses planos

atribuiu ao PNH uma série de objetivos econômicos, políticos e ideológicos desligados da questão da habitação popular propriamente dita: a reativação da economia, a geração de empregos, a estabilização política do regime militar, a formação de uma consciência conservadora nos trabalhadores. Em pouco tempo as funções “paralelas” mostraram ser, na verdade, prioritárias ante a questão da habitação, ainda que só pudessem se realizar em seu nome. (FILHO, 2013:92)

O PNH se estabeleceu como base da política de habitação para as décadas seguintes. O modelo originado pelo primeiro governo militar, segundo Filho, vigorou como *cláusula pétrea* durante o período da ditadura, marcado pela política intervencionista e centralista coordenada pelo BNH, sobrevivendo a extinção deste e à transferência de suas funções à Caixa Econômica Federal (CEF) em 1986; ao período de crise marcado pelo impeachment de Fernando Collor; à paralisação dos financiamentos do FGTS por anos; e se manteve na fase de orientação neoliberal dos anos 1990.

Ao fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, o eixo da ação governamental em habitação era o mesmo, assim como suas principais fontes de recursos – o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para camadas populares, e as cadernetas (SBPE), para as camadas de renda média.

Para o autor, o PNH possuía objetivos econômico, político e ideológico bem delineados. O primeiro visava viabilizar a captação de recursos dos trabalhadores, levá-los para investimentos na indústria da construção civil, materiais, equipamentos de construção, expandir o mercado para o capital imobiliário, abrir frentes de atuação para o capital bancário, aumentar

a oferta de empregos não especializados e legitimar mudanças de interesses do grande capital nas relações de trabalho. O segundo objetivo tinha como função tornar o programa um fator de apoio das massas populares ao regime militar

que atacava os salários e os direitos dos trabalhadores, reprimia violentamente suas organizações livres, seus movimentos, as tentativas de reação, liquidava as liberdades políticas, perseguia comunistas, as esquerdas, a oposição democrática, reformista e antiimperialista. (FILHO, 2013:102)

Por fim, o objetivo ideológico pretendia induzir o conservadorismo no proletariado e nas camadas populares por meio da difusão da casa própria. A criação e implementação de uma política da casa própria, que viabilizava a compra do primeiro imóvel da família, estabelecia subjetivamente nos trabalhadores um distanciamento dos movimentos de operários, greves e outras formas de levante contra o governo autoritário da época. Embora pudesse parecer uma consequência da implementação da política habitacional, era na verdade, a premissa dessa.

Em plena ditadura militar o Estado pretendia manter-se forte e, para isso, consolidou, como aliado, o capitalismo mundial. Abriu o país para investimentos internacionais, sustentado por um corpo de empresas e incentivos estatais com proporções jamais vistas. A tentativa de levar o Brasil a um posto de potência e sem a acesso à democracia legitimou o uso da força, a introdução do discurso contrarrevolucionário, a implementação da militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado (Damiani, 1993).

Coibir as disputas que havia no campo e na cidade foram tarefas postas à manutenção da ditadura militar, que, por possuir o aparato estatal, reprimia os movimentos operários e camponeses. Num contexto de mobilizações camponesas e urbanas, a estratégia adotada pelos militares para a contenção de conflitos foi a criação do Estatuto da Terra (1964) para as disputas no campo, e para as cidades, que cresciam aceleradamente, a criação do Plano Nacional de Habitação (PNH), e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

No dizer de um dos artífices do sistema, o ministro Roberto Campos, “a solução do problema pela casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria, e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem. (AZEVEDO e ANDRADE, 2001:41)

A questão ideológica era tão importante quanto a política e a econômica. Após dez anos de golpe militar, Roberto Campos, Ministro do Planejamento de Castello Branco, reafirma seu pensamento de que o BNH (Banco Nacional de Habitação) “democratizou” o acesso à moradia urbana, construindo estabilidade social, e, por fim, lamenta que o mesmo progresso não ocorreu nas terras rurais.

O Plano Nacional de Habitação e o BNH não possuíam o objetivo de resolver a carência de moradia da população mais pobre, seu verdadeiro objetivo era administrar a questão e em seu nome realizar diversas metas e interesses do capital ligadas à ampliação da atividade econômica, como disse Filho, “à construção de um circuito produtivo e financeiro em torno da construção civil, à amenização da oposição à política do arrocho salarial e das reformas anti-trabalhador”.

O capital privado desfrutava de espaço privilegiado no PNH, tanto no comando direto da política habitacional, passando pela intermediação dos negócios com moradias e na destinação final dos recursos tanto do PNH quanto do BNH.

A Lei no 4.380 abriu uma série de novas “oportunidades” de negócios ao empresariado: as sociedades de crédito imobiliário poderiam emitir e colocar no mercado de capitais letras imobiliárias (garantidas pela União, quando emitidas pelo BNH), para alimentar o crédito a empreendimentos habitacionais ou a aquisição de moradias por pessoas físicas; cooperativas habitacionais organizadas por empresas privadas poderiam operar integradas a política governamental; a indústria da construção civil, abastecida pela indústria de materiais e equipamentos de construção, executaria as obras vinculadas ao programa. Normas do BNH impuseram a privatização até mesmo da elaboração de planos urbanísticos municipais, exigidos para a obtenção de financiamentos habitacionais pelas prefeituras, assim como uma série de outras funções de apoio técnico e administrativo. (FILHO, 2013:105)

A aliança entre o BNH e o capital privado era tamanha que os representantes da indústria possuíam posição privilegiada nas questões decisivas da política habitacional. Para ilustrar o poder do setor privado, Filho ressalta a participação de diversos representantes de bancos e da construção civil nos Conselhos de Administração do BNH entre 1964 e 1974.

participaram do Conselho de Administração do BNH, entre outros, os seguintes representantes dos bancos e das empresas de construção: Fernando Machado Portela, do Banco Boa Vista; Nilton Veloso, da financeira Economia S.A, do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e da ABECIP (Associação Brasileira de Poupança e Empréstimo); João Fortes, proprietário da João Fortes Engenharia, integrante do

SICCE-GB (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado da Guanabara) e da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção); José Cândido Moreira de Souza, dono da financeira Decrede e membro do IPES; Hélio Beltrão, da Mesbla e do Grupo Ultra; Mário Henrique Simonsen, do Grupo Bozzano Simonsen e membro do IPES. Da Superintendência de Agentes Financeiros do BNH, participaram como diretores Osvaldo Iório, presidente da Haspa; Oliveira Penna, presidente da Letra; Fábio de Vasconcelos, diretor da Delfim; e Francisco Moreira, diretor da rede TAA, todas elas empresas privadas de crédito imobiliário. (FILHO, 2013:107)

O BNH funcionou como uma agência, promotora, organizadora e financiadora da atividade do grande capital privado na habitação, possuindo uma dupla função para a sua produção social. As construções funcionavam como grandes depósitos de mão de obra operária disponível para o capital industrial, concentrando a população em vazios distantes nas periferias das cidades. Para os moradores que não conseguiam pagar os financiamentos, os mutuários, restava ir para áreas ainda mais distantes, favorecendo a valorização de terras vizinhas e a especulação imobiliária, acarretando a segregação espacial.

3.3.1 Consolidação e transformação do BNH

Após a criação do PNH, um novo ciclo de intervenção estatal se desenvolveu na política de habitação brasileira com uma estrutura institucional específica, implementada com recursos financeiros próprios e permanentes. O projeto BNH tinha escala gigantesca, tanto na abrangência e no volume de recurso, quanto na característica de ser fortemente centralizado no executivo federal, através do Ministério do Planejamento – estrutura política típica da ditadura militar.

Os programas habitacionais criados anteriormente, como a Fundação da Casa Popular (FCP) e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), foram extintos, receberam ordem de vender seus conjuntos e unidades e aplicar os valores obtidos no BNH, por pelo menos dez anos. Órgãos já existentes foram integrados, visando a realização da política habitacional do BNH, como as Caixas Econômicas, o IPASE (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado) e as Caixas Militares. Os estados e municípios recebiam orientação dos órgãos federais para a elaboração e execução de programas que visavam lidar com os problemas habitacionais. Após os três primeiros anos de lançamento do PNH, foram criados nos estados os Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais e as Companhias de Habitação Popular (COHABs). O BNH se estabelece como centralizador da política habitacional brasileira.

A consolidação do BNH como centro dirigente da política habitacional dá-se em 1967, com a efetivação e colocação sob sua gestão das fontes de recursos fundamentais do Sistema Financeiro da Habitação: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O BNH, que na sua criação recebera uma dotação inicial de um bilhão de cruzeiros antigos e a previsão da receita advinda do recolhimento compulsório, pelas empresas, de um por cento de suas folhas de salários, passa a administrar duas contas bilionárias permanentes, porém sujeitas às variações da conjuntura econômica. As cadernetas de poupança, com juros fixos em 6% ao ano e correção monetária, dependem da possibilidade da população de dispor de economias para aplicação voluntária. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por seu turno, depende diretamente dos níveis de emprego e remuneração. (FILHO, 2013:101)

As políticas de habitação popular, criada pelo governo militar, como BNH, não visavam resolver todo problema da falta de moradia urbana, mas é certo que os números de unidades produzidas superaram as experiências anteriores. Para Damiani, a proposta não era original, porém é preciso aceitar a sua importância.

A proposta do BNH não era estritamente original, tanto com a relação à habitação para a população de baixa renda, eis o exemplo das Carteiras Prediais, que existiam esboçadas nos anos 20, e consolidadas dos anos 30 à sua extinção em 1964, produzindo casas para seus associados; como face a proposta, desse cunho, mais abrangentes, de âmbito nacional, caso da Fundação da Casa Popular, instituída, por decreto, em 1946, e do projeto não realizado do Instituto Brasileiro de Habitação, à época janista [...] Segundo as estatísticas oficiais, até 1984 foram construídas 4 milhões e 236 mil unidades habitacionais no país, sendo que 52,839% desse total atendendo ao mercado popular. Os cinco anos do governo Figueiredo concentram a produção de 1 milhão e 240 mil moradias para esse mercado. Números, entretanto, ínfimos, para um déficit habitacional que, em 1985 era de 15 milhões de habitações no país, dado impreciso, mas assustador. (DAMIANI, 1993:38)

Para essa política habitacional crescer e se manter, foi necessário a arrendação cada vez maior de fundos como empréstimos com o Banco Mundial e, principalmente, o FGTS e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Ainda assim, os recursos financeiros não foram suficientes e, já nos primeiros anos, o BNH, que atendia a população que ganhava entre 1 e 3 salários-mínimos (e detinha entre 1964 e 1969, 40% das habitações financiadas), sofre inadimplência, ou seja, mutuários com 3 parcelas atrasadas. Outras mudanças pelas quais passa o BNH são de cunho empresarial, em 1971 ele deixa de ser uma autarquia e se torna uma

empresa pública, assumindo uma posição de banco de segunda linha, repassando empréstimo a uma grande rede de agentes financeiros.

O mercado popular é redefinido na década de 1970 e sobe para 3 a 5 salários mínimos a renda necessária para comprar uma unidade habitacional no BNH. Nesse contexto, de mudança de público-alvo para a compra de imóveis, há expansão de seus investimentos, além da construção de casas populares.

Mas o montante dos empréstimos do BNH não se concentrou nas camadas populares dirigiu-se não somente a outros segmentos da sociedade, como a outros investimentos que não à habitação [...]. Também é em meados da década de 1970, que o BNH consolida a direção de uma política de desenvolvimento urbano; ou o ramo da construção pesada se afirma frente ao de edificações, a partir de recursos em obras urbanas e polos econômicos. Em 1976, 34% das aplicações do BNH são dirigidas ao saneamento, transportes, urbanização equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e polos econômicos. (DAMIANI, 1993:41)

O BNH, a partir de 1969, é autorizado a investir recursos do FGTS no desenvolvimento de água e esgoto. O início da década de 1970 é marcado pelo direcionamento a políticas de planejamento urbano, transporte, urbanização e, por fim, saneamento básico. Sendo criado em 1971 Plano Nacional de Saneamento (Planasa).

Visando a criação de políticas habitacionais mais econômicas que o BNH, foi criado em 1973 o Plano Nacional da Habitação Popular (Planhap). Para alcançar as metas de criação de moradias populares o programa cria Fundos Estaduais de Habitação Popular (Fundhaps). Essa política se diferencia das anteriores pois envolve a participação de estados e municípios no financiamento dos conjuntos habitacionais, não encarando a questão da habitação como uma questão a ser resolvida apenas pela União.

Entendia-se que o problema da habitação deveria ser planejado pelos próprios estados, dessa forma, era realizado um convênio com o BNH, que se comprometia a financiar durante 5 anos o montante dos recursos, o estado, por sua vez, era obrigado a criar fundos estaduais. Na teoria, essa política se fazia importante, pois a união entre estados e municípios proporcionava a produção de elementos necessários para a vida, além da própria unidade habitacional, ou seja, a criação de infraestruturas, como creches, rede de drenagem, escola, sistema de transporte. No contexto de adesão dos estados, São Paulo foi o último a aderir o Planhap, em 1975.

Em 1976, as aplicações do BNH em saneamento, transporte, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento e polos econômicos, compunham 34% de suas aplicações. Curioso que justamente no período conhecido como “Milagre Brasileiro” (1968-1973) é quando há uma grande pausa na produção de unidades habitacionais, sendo entre 1970 e 74 os anos com as menores quantidade de entregas de moradias realizadas.

Por fim, apontamos que o BNH se transformou ao longo dos anos, se instituindo muito mais como administrador de obras de infraestrutura da cidade, do que como meio de construção de moradias populares. Entre sua criação em 1964 e sua extinção em 1986, apenas os seis primeiros anos são destinados à construção de habitação populares voltadas à população de baixa renda, entretanto, nos anos seguintes, o perfil econômico do comprador foi alterado e as residências populares tiveram uma diminuição na qualidade estrutural do imóvel, como é o caso das COHABS, que intensificaram o processo de verticalização nas obras de habitação popular.

4. Considerações Finais

A compra da casa própria, realizada através do BNH na segunda metade da década de 1960 e início de 1970, mesmo período da construção do BNH do Parque São Domingos, foi caracterizada por ser uma das primeiras fases de construção do programa. A renda familiar necessária para a compra do imóvel era de 1 a 3 salários-mínimos, definindo, desse modo, o perfil socioeconômico dos moradores. Como observamos nos relatos das mulheres entrevistadas, os moradores que financiaram as casas do BNH, assim como elas, possuíam baixa renda, muitas vezes sendo necessária a ajuda de toda a família para pagar o financiamento da casa.

A redefinição do mercado popular a partir da década de 1970, através do aumento da faixa de renda (3 a 5 salários-mínimos), afastou ainda mais a população mais pobre da possibilidade de compra da casa própria, uma vez que, desde o início do programa de habitação, a necessidade de comprovação de renda determinava o grupo social que moraria nos empreendimentos.

O BNH, logo após a sua criação, transformou seu objetivo, que antes fora de construção de moradias populares, em algo voltado à administração dos empreendimentos e infraestrutura urbana. O recém objetivo cria a necessidade de um novo programa para a habitação popular. O surgimento das COHABS, portanto, redefinem o público-alvo e expande as construções para áreas cada vez mais periféricas de São Paulo, investindo massivamente em prédios com unidades habitacionais cada vez menores.

Realizadas todas essas ressalvas acerca da possibilidade de acessar o programa de moradia popular, compreendemos que os programas de moradias populares possuem importância ainda maior quando voltamos nosso olhar para as mulheres, uma vez que essas eram mais expostas aos cortes no mercado de trabalho, como apontou Saffioti.

Nesse sentido, é importante ressaltar o argumento de Bonduki sobre a criação de uma ideologia da casa própria desde o Estado Novo, que se estendeu para os períodos seguintes, inculcando na população mais pobre o desejo da casa própria. Partindo da materialidade do cotidiano das nossas entrevistas, compreendemos que a casa própria aparece como uma necessidade de segurança para a família, bem-estar, possibilidade de ampliação e modificação do espaço.

As histórias de Dona Nelzi, Didi e Gerusa nos mostram a casa enquanto uma centralidade na vida familiar. Para Dona Nelzi, a casa própria abriga ainda filhas e netos, sendo espaço de vivência das relações familiares. *Ah, menina, pra mim a casa foi muito importante, porque eu consegui criar meus filhos com mais espaço e também porque eu ficava mais*

sosegada, sabe? Mesmo pagando todo mês o carnê da casa, eu ficava mais tranquila porque sabia que ia acabar um dia. E também agora que meu vêio se foi, eu tenho um lugar pra ficar, mas não tem muita graça sem ele. As meninas moram aqui comigo, então pra elas é bom também, tem um espaço pra ficar.

É possível observar o mesmo na casa de Dona Didi, que mesmo não abrigando grande parte da família, se constitui como o local do encontro e reuniões familiares. Ao longo do tempo as casas abrigaram, em situações de dificuldades econômicas, membros da família e ainda cumprem essa função. *Pra mim a casa é importante porque eu não tinha nada aqui em São Paulo e não tinha como voltar pro interior, arrumar um lugar pra mim ficar com minhas 6 filhas foi importante, não dava pra morar tanta gente em uma casa tão pequena, como as casinhas que a gente morava. Depois que mandei meu marido embora eu fiquei com um lugar pra mim, se a gente não tivesse comprado essa casa não ia ter onde eu ficar, ia ter que continuar casada, por que como eu ia separar sem casa e com tanta filha pra terminar de criar? As meninas que me ajudaram mandar ele embora de casa, se a casa não tivesse no nome da minha filha mais velha a gente não ia conseguir fazer isso.*

A residência de Dona Gerusa, também é o espaço de convívio da família. *Foi muito importante pra mim comprar essa casa, eu sempre morei na casa dos outros, com muita gente, isso é horrível, eu fiquei muito feliz quando consegui comprar minha casinha. Hoje só minha caçula mora comigo, mas esse espaço é nosso e ninguém tira. Eu fico feliz que nenhuma filha minha teve que morar com outra pessoa quando era criança, eu sempre consegui ficar perto delas, não sei se teria sido assim se eu não tivesse a minha casa.*

A casa própria, para as mulheres, gera a possibilidade de emancipação de relações, como no caso de Dona Didi, assegura um espaço para a velhice, estabelece a possibilidade de resguardo para a família. A possibilidade de compra da casa própria possibilita, em alguma medida, que as gerações seguintes não sofram com a mesma precariedade vivida que as matriarcas da família passaram.

Nos trabalhos de campo realizados, pudemos observar que a casa própria se torna importante para várias gerações familiares e muitas vezes se constitui como o único imóvel da família por gerações, uma vez que morar no mesmo bairro que os pais se torna cada vez mais caro, dado o aumento do preço do metro quadrado na cidade e devido as transformações sofridas na metrópole.

5. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, S., and ANDRADE, LAG. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p. ISBN: 978-85-7982-055-7. Available from SciELO Books

BOSI. Ecléa. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna a Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

_____. *Origens da habitação social no Brasil. vol. xxix(127), 1994(3.º), 711-732*

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

DAMIANI. Amélia Luísa. **A cidade (des) ordenada. Concepção e cotidiano no conjunto Itaquera I**. 1993. 358p.

FEDERICI. Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 560p.

_____. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019, 388p.

FILHO. Orlando. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores**. Tese de Doutorado, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Editora Estampa, 1977, 405p.

GIAVAROTTI, Daniel M. **O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2012, 237p.

LESSA. Carlos. **Quinze anos de Política Econômica. Editoria Brasiliense**, 1981,

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996, 394p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão Dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013, 150p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 528p.

SCHOLZ, Roswita. **O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos**. In: Revista *Krisis* n°12, 1992, pp. 19-52. Versão Portuguesa in: <http://obecp.planetaclix.pt/rdt1.htm,1992>.

_____. **“Sobre o conceito de valor e de valor dissociação”** in: ‘O sexo da capitalismo – Teorias feministas e metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado’. Original alemão “Das Geschlecht des Kapitalismus – Feministische Theorien und die postmoderne Metamorphose des Patriarchats” Horlemann, 2000, pág. 13-23. Versão portuguesa in: <http://obeco.planetaclix.pt/roswita-scholz6.htm>, janeiro de 2000.

SEABRA, Odete C de L. **Urbanização e Fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão**. Livre-docência. São Paulo, 2003,412p.

SINGER. Paul. **Economia Política da Urbanização**. 4ed. Editora Brasileira, 1977, 152p.

SWARCHZ. Lilian. STARLING. Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

QUIRINO. Raquel. **Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos**. Revista Tecnologia e Sociedade - 2a Edição, 2012.

ROMERO. Mariza. **Nordestinos em São Paulo nos anos 1950: Imprensa popular, ciência e exclusão social**. Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP

Visível e Invisível: a Vitimização de mulheres no Brasil. 4ª edição, 2023. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Sítios consultados

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declaração%20Universal%20dos%20Direitos%20Hum anos.pdf>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>